

Coleção de Estudos Temáticos
sobre os Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos
para Acompanhamento dos
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Desigualdades de raça e de gênero



Objetivo 3

Promover a
igualdade entre
os sexos e a
autonomia das
mulheres



IDHS INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
HUMANO
SUSTENTÁVEL

Coleção de Estudos Temáticos
sobre os Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos
para Acompanhamento dos
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Desigualdades de raça e de gênero



Objetivo 3



Promover a
igualdade entre
os sexos e a
autonomia das
mulheres



Coleção de Estudos Temáticos
sobre os Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos
para Acompanhamento dos
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

**Universidade Federal
de Pernambuco**

Reitor

Amaro Henrique Pessoa Lins

**Pró-Reitor de Planejamento,
Orçamento e Finanças**

Hermínio Ramos de Souza

**Pró-Reitora de Gestão
de Pessoas e Qualidade de Vida**

Ana Cristina Brito Arcoverde

Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos

Lícia de Souza Leão Maia

**Pró-Reitor para Assuntos
de Pesquisa e Pós-Graduação**

Celso Pinto de Melo

Pró-Reitor de Extensão

Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Núcleo de Opinião de Políticas Públicas - NePPu
Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/nº
Cidade Universitária - Centro de Filosofia e
Ciências Humanas, 14o. andar
CEP: 50760-901 Recife/PE

Projeto e Coordenação Editorial

Maria Beatriz Ribeiro de O. Gonçalves
Afonso Henriques Borges Ferreira

Design Gráfico

Simone Nogueira
Sílvia Fonseca
Igor Torres (estagiário)

Diagramação

Nádia Perini

Revisão

Anilce Maria Simões

Fotos

Mulher negra (Digital Vision - Keystone)
Homem (AGE Fotostock - Keystone)
Colônia italiana no Rio Grande do Sul, por Carlos Goldgrub (Reflexo)
Mulher, por Tuka Prando (Reflexo)
MG - Parque Estadual de Ibitipoca (Cores do Brasil, Central X)
MG - Parque Estadual de Ibitipoca, orquídea (Cores do Brasil, Central X)
Arquivo

A análise e as recomendações políticas desta Coleção de Estudos Temáticos não refletem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de sua Comissão Executiva ou de seus Estados membros. A Coleção traz estudos independentes, frutos do esforço de colaboração de uma equipe de pesquisadores e consultores dos Laboratórios Acadêmicos das universidades referidas.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D457

Desigualdade de raça e de gênero: objetivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres / [organização] UFPE, PUC Minas / IDHS, PNUD. - Belo Horizonte: PUC Minas/IDHS, 2004.

66p. - (Coleção de estudos temáticos sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio da rede de laboratórios acadêmicos para acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio)
Bibliografia e anexos.

1. Discriminação de sexo. 2. Direitos das mulheres. I. Universidade Federal de Pernambuco. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. III. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. IV. Título. V. Título: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. VI. Série.

CDU: 396.1

Sumário

Introdução _____	06
1. A Composição e a Distribuição Espacial da População Brasileira por Gênero e Raça _____	09
2. Disparidades Educacionais _____	11
2.1 Ensino Fundamental _____	17
2.2 Ensino Médio _____	18
2.3 Ensino Superior _____	19
3. Disparidades na Distribuição da Riqueza e na Inserção no Mercado de Trabalho _____	22
3.1 Níveis de Evolução _____	22
3.2 Determinantes _____	29
4. Participação Política _____	37
Referências Bibliográficas _____	43
Anexos _____	45

3



OBJETIVO 3

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Meta 3 Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.

Equipe:

Marcus André Melo (Coordenação Geral)
Raul da Mota Silveira Neto (Coordenador Técnico)
Denílson Bandeira Coelho (Coordenador Institucional)

Pesquisadores:

Cátia Lubambo
Flávio Cireno

Auxiliar de Pesquisa:

Filipe Barreto

Introdução

A autonomia da mulher e o aumento progressivo da igualdade de gênero constituem os pontos principais das metas do milênio relacionadas à mulher. Para tanto, fazem-se necessárias ações específicas por parte dos governos signatários da declaração do milênio, através da implementação de políticas que garantam a inserção da mulher nas arenas indicadas, consecução dos objetivos, assegurando ao menos igualdade de acesso à escola, emprego e representação política. No caso brasileiro, a situação da mulher não é diversa da maioria dos países, onde as mulheres têm uma menor probabilidade de se empregarem, recebem salários menores para desempenhar a mesma função que os homens, além de serem vítimas de violência e abusos.

Neste capítulo, trabalhando com os indicadores adotados e algumas outras informações julgadas relevantes, iremos analisar a situação da mulher no que diz respeito à igualdade de acesso à educação, à participação nas esferas decisórias e à sua posição no mercado de trabalho.

A inserção de novos indicadores tornou-se necessária, uma vez que o processo de discriminação contra a mulher é mais complexo que apenas o acesso à educação. Quando se analisam os indicadores para o país, percebe-se que as mulheres no Brasil já possuem uma média de

anos de estudo mais alta que a dos homens, bem como a taxa de alfabetização. Porém, embora possuam uma média de educação maior, as mulheres têm um retorno bruto¹ sobre a educação menor que o dos homens², mostrando que a igualdade não é garantida apenas com a garantia do acesso à educação.

Em complemento a isso, a questão racial se torna um agravante à situação da mulher, uma vez que as mulheres negras sofrem o preconceito duplamente, pelo gênero e pela raça. Shicasho (2002) afirma que, embora a taxa de mulheres brancas e negras estivessem bastante próximas durante a década (56 e 54%, respectivamente) e a de homens brancos e homens negros também (85-84%), os rendimentos se distribuíram da seguinte maneira: os homens brancos obtiveram um rendimento médio de 50% a mais do que as mulheres brancas. Essas obtiveram cerca de 50% a mais de rendimentos que os homens negros e, esses obtiveram cerca de 40% a mais, em comparação com as mulheres negras (p.34). Esses dados demonstram que o preconceito não se dá pela barreira de entrada no mercado de trabalho, e sim pela seleção ou de uma outra forma: *“com relação aos rendimentos do trabalho, os homens ganham sempre mais do que as mulheres com a mesma classificação de cor ou raça, mas as mulheres brancas ganham mais que os homens ne-*

¹ A taxa de retorno bruto sobre a educação é dada pelo retorno salarial em anos de estudo controlados por sexo.

² Trabalhos recentes na área de economia mostram que essa taxa de retorno é menor que a dos homens cerca de 16%, aumentando gradativamente quando se aumentam os controles.





gros e as mulheres negras menos que todos os outros". (p.34)

De uma outra forma, os melhores postos são ocupados pelos homens brancos, em seguida pelas mulheres brancas, seguidas pelos homens negros e, enfim, pelas mulheres negras. Além do preconceito pela ocupação, o salário médio na mesma ocupação também segue a mesma lógica. Soares (2000, apud Shicasho, 2002) afirma que *"as mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional mais que os homens da mesma cor e as mulheres brancas"*.

Com base nesses dados, o governo federal privilegia a inserção das mulheres em algumas PPTRs³, em que é recomendada *"...especial atenção a adolescentes, jovens, mulheres e idosos"*, (resolução 126/96 do CODEFAT⁴) na seleção para os Programas Estaduais de Qualificação e Parcerias Regionais e Nacionais, integrantes do PLANFOR⁵. Para o mesmo programa, é estabelecida, através da resolução 194/98, *"prioridade a grupos vulneráveis, destacando, entre outros, novamente mulheres pobres, de baixa escolaridade, em especial chefes de família"*. A política do

PLANFOR assumida pelo PlanTeq, apesar da mudança de rota governamental, não deixou de dar continuidade às prioridades para a questão da raça e do gênero, mantendo, assim, uma política de incentivo à diminuição das diferenças e da exclusão social.

Em um balanço sobre a perspectiva de gênero durante o período 1995-1999, o governo federal, com base nos dados dos Estados que participaram do programa, informa que aproximadamente 50% dos 8,3 milhões de treinandos⁶ inseridos na política de qualificação profissional eram mulheres. Porém, o preconceito de gênero se revela insuficiente para avaliar a situação da mulher no mercado de trabalho do Brasil. Fatores de interação como geração, raça e educação, devem ser levados em conta. Comparando o perfil das treinandas e a PEA feminina, podemos observar que foi mantida uma certa correspondência, pelo menos para o ano de 1999, como demonstra a Tabela 1. Porém, observa-se um menor contingente de pessoas com menor probabilidade de ingresso no mercado de trabalho, como a população negra, as pessoas mais jovens (16-24 anos) e com baixa escolaridade (menor que a 7ª série).

³ Políticas Públicas de Trabalho e Renda, que constituem os mecanismos de intervenção no mercado de trabalho como: seguro desemprego, intermediação de mão de obra, programas de geração de emprego e renda e informações sobre o mercado de trabalho e formação profissional.

⁴ Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, órgão que gere os recursos do FAT e determina regras para a execução dos programas federais na área de emprego e renda.

⁵ O PLANFOR foi substituído pelo Plano Territorial de Qualificação e o PEQ pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), a partir de 2003.

⁶ Trabalhadores e Trabalhadoras que se encontravam desempregados ou sob risco de desemprego e que participaram de cursos de qualificação profissional.

**Tabela 1 - Perfil das treinandas – PLANFOR 1999
e PEA feminina (percentual)**

Variáveis	Treinandas	PEA Feminina
Situação	100	100
Urbana	16	20
Rural	84	80
Raça/cor	100	100
Branca	53	56
Negra/parda	38	43
Outras	3	1
Não declarado	6	-
Idade	100	100
16-24	40	26
25-39	40	40
40 ou mais	20	34
Escolaridade	100	100
Até 7 ^o série	38	55
Fundamental	28	16
Média	28	22
Superior	6	7

Fonte: Relatório de Avaliação Externa do PEQ 2000. Elaboração NEPPU.

Com isso, apesar de ter sido efetivamente mantida uma proporcionalidade entre homens e mulheres no treinamento profissional, verifica-se uma distorção no momento da seleção dos

treinandos, em que se mantém a mulher pertencente a camadas menos favorecidas à margem do processo de treinamento.





1. A Composição e a Distribuição Espacial da População Brasileira por Gênero e Raça

As análises econômicas de corte regional há muito chamam a atenção para o ainda elevado grau de disparidade regional nas condições de bem-estar entre as diferentes unidades da federação brasileira e o fato de que, no Brasil, as condições de bem-estar dos indivíduos guardam forte relação com sua localização no espaço físico do país⁷. Nesse sentido, a Tabela 2, a seguir, mostra, para o país e para suas macro-regiões, como

está distribuída a população brasileira segundo o sexo e a cor.

É imediatamente perceptível que, embora simetricamente dividida no que tange ao gênero, em 2000, mais de 98% da população do país era composta, em proporções próximas, por um lado, de brancos e, por outro, de negros e pardos (afro-descendentes). Contudo, há importan-

Tabela 2 - Distribuição da População Segundo o Sexo e a Cor (%) - 2000

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sexo						
Homens	49,2	50,6	48,6	48,5	49,0	49,6
Mulheres	50,8	49,4	51,4	51,5	51,0	50,4
Total	100	100	100	100	100	100
Cor						
Amarela	0,5	0,2	0,2	0,8	0,5	0,5
Branca	53,4	29,3	31,9	62,0	83,9	48,8
Indígena	0,4	1,6	0,3	0,2	0,2	1,1
Parda	38,9	62,7	59,3	29,8	11,2	44,8
Preta	6,1	5,0	7,5	6,5	3,8	4,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fontes: IBGE - Censo Demográfico de 2000.

⁷ De acordo com Rocha (2003), por exemplo, 50,7% da população nordestina era composta por pobres em 2001, percentual inferior ao que vigorava em 1992 (63,87%), mas bem acima daquele obtido para o país como um todo, em torno de 35%. Por sua vez, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, recentemente publicado pelo PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Alagoas no ano de 2000, estado localizado na região Nordeste, mais pobre no país, era menor que esse mesmo indicador para o Brasil como um todo, para o ano de 1975. Em uma comparação internacional entre as unidades mais rica e mais pobre de grandes federações, Shankar (2003) mostra que o grau de disparidade regional brasileira só é menos pronunciado que aquele presente na Rússia e na China, países com conhecidas restrições à migração interna.

tes diferenciações regionais. As regiões mais pobres, Nordeste e Norte do país, apresentam maioria de afro-descendentes, enquanto as regiões mais ricas do país, Sudeste e Sul, apresentam presença majoritária de brancos.

As evidências citadas não informam, todavia, a respeito da distribuição dos indivíduos no espaço brasileiro por contingente considerado, segundo as unidades espaciais. De fato, os números do Censo Demográfico 2000 indicam, por exemplo, que é na região Sudeste que está presente o maior contingente relativo de negros, com a região Nordeste apresentando o maior contingente de indivíduos pardos. A Tabela 3, que segue considera, pois, a distribuição da população por sexo e cor segundo as unidades espaciais consideradas.

É possível, então, perceber que, apesar de a maioria de seus habitantes serem da cor branca, a região Sudeste apresenta a maior população de

indivíduos de cor negra e, simultaneamente, de indivíduos de cor branca. De fato, os valores indicam que as regiões Nordeste (mais pobre) e Sudeste (mais rica) concentram, conjuntamente, a maioria absoluta de afrodescendentes (75,6% dos pardos e 79,9% de negros), sendo que mais da metade dos indivíduos de cor branca (72,7%) encontram-se nas regiões Sudeste e Sul do país.

Os dois conjuntos de evidências apresentados mostram que, embora o corte regional seja importante para considerações gerais a respeito das condições de bem-estar dos indivíduos do país, ele é insuficiente, quando tais considerações são feitas a partir das dimensões de gênero e raça. Mais especificamente, por exemplo, é fato que a probabilidade de ser pobre é muito maior para os indivíduos nascidos no Nordeste do país, mas, quando se pertence à cor negra, especialmente, há uma maior probabilidade de se estar residindo na região Sudeste do país (mais rica).

Tabela 3 - Distribuição da População por Sexo e por Cor segundo a Região - 2000 (%)

	Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Sexo						
Homens	7,3	27,3	43,4	15,1	6,9	100
Mulheres	6,8	27,6	43,9	15,0	6,7	100
Cor						
Amarela	3,3	8,7	66,1	15,6	6,2	100
Branca	4,2	16,8	49,5	23,2	6,3	100
Indígena	28,6	23,7	22,3	7,3	18,1	100
Parda	12,3	42,9	32,7	4,3	7,9	100
Preta	6,2	34,5	45,4	9,1	4,8	100

Fontes: IBGE - Censo Demográfico de 2000.





2. Disparidades Educacionais

Parece haver consenso, entre os pesquisadores, de que as disparidades de qualificação do fator trabalho no Brasil, em particular as disparidades educacionais, são os principais responsáveis pelas disparidades de renda observadas entre os indivíduos no país. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), por exemplo, as disparidades educacionais explicam cerca de 60% das disparidades de renda observadas no mercado de trabalho brasileiro. Além disto, os desníveis de rendas entre os indivíduos, mais que o valor absoluto da renda individual média do país, poderiam explicar a maior parte dos níveis de pobreza apresentados pelo país. A redução das disparidades educacionais entre os indivíduos parece ser uma via fundamental para a redução sustentada dos níveis de pobreza no Brasil.

A Tabela 4 apresenta um quadro das disparidades educacionais por sexo e cor para o país, a partir de dois indicadores básicos: a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais e o número médio de anos de estudos.

Os números permitem perceber, de forma geral, que as mulheres apresentam maior escolaridade que os homens e que os indivíduos de cor branca apresentam expressiva vantagem educacional frente àqueles de cor negra (aqui considerados também os pardos). Mais especificamente, enquanto a vantagem em termos de anos de estudos das mulheres frente aos homens é de 0,3 ano, a superioridade, nesse mesmo indicador, dos brancos sobre os negros é 1,6 anos, o que representa mais de 30% do número médio de

Tabela 4 - Disparidades Educacionais - 2002

Taxa de Analfabetismo – Pessoas de 15 anos ou mais (%)			
	Homem	Mulher	Total
Branca	7,4	7,7	7,5
Negra	17,6	16,7	17,2
Total	12,0	11,7	11,8
Número Médio de Anos de Estudos - População			
	Homem	Mulher	Total
Branca	5,8	6,0	5,9
Negra	4,2	4,2	4,3
Total	5,0	5,3	5,1

Fonte: IBGE – PNAD 2002

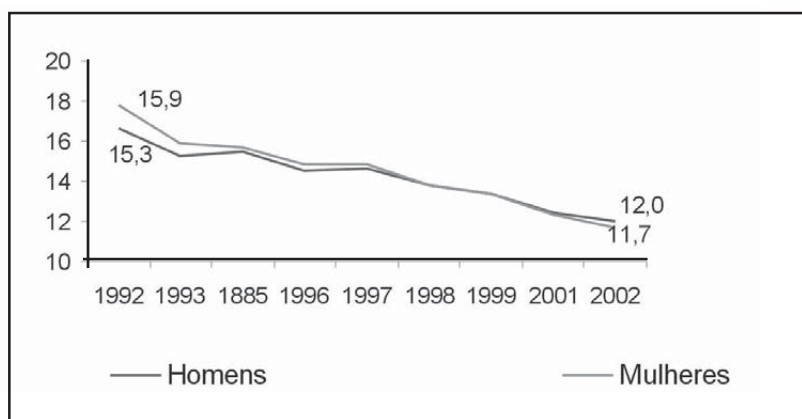
anos de estudos para o país como um todo (5,1). Assim, é possível afirmar, pelo menos quanto aos indicadores básicos apontados, que o indivíduo do sexo masculino e de cor negra está na pior situação.

A Tabela 4 resulta, em verdade, de dinâmicas evolutivas recentes, bastante distintas para os cortes por sexo e gênero. As duas figuras a seguir apresentam, de início, a dinâmica evolutiva para

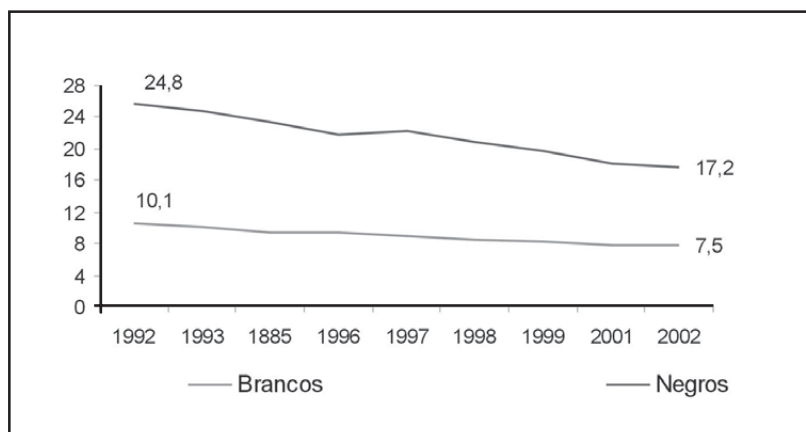
a taxa de analfabetismo nos últimos dez anos, para os quais existem dados disponíveis. Permite apreender dinâmicas bastantes distintas.

É possível perceber que as disparidades por sexo já eram bem menores no início dos anos 90 do século passado e que há um processo de ultrapassagem dos homens pelas mulheres, ou seja, a redução da taxa de analfabetismo ocorre de forma mais intensa para as mulheres que para

**Figura 1 - Evolução de Taxas de Analfabetismo (%) -
Pessoas de 15 anos ou mais - Brasil**



**Figura 2 - Evolução de Taxas de Analfabetismo (%) -
Pessoas de 15 anos ou mais - Brasil**





os homens. Por outro lado, mais significativas inicialmente, com uma taxa de 145% maior para os negros em relação à taxa dos brancos, as disparidades por cor apresentam também tendência de redução, mas claramente insuficiente para eliminar as disparidades entre as taxas de analfabetismo entre as raças: em 2002, tal taxa era ainda 129% maior para negros, quando comparada com aquela dos brancos.

A consideração da dinâmica do número de alfabetizados para as mulheres e para os homens na faixa etária dos jovens de 15 a 24 anos, levando em conta também o corte por raça, para cada unidade da federação, permite evidenciar diferenças regionais importantes. Na Tabela 14 apresentada nos anexos é considerada a razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária acima mencionada para os anos polares de 1991 e 2000, agora a partir de dados dos censos demográficos.

A primeira evidência importante a ressaltar é que, para tal faixa etária (mais jovens), as mulheres, já em 1991, apresentavam-se numa posição superior frente aos homens, uma evidência que, em geral, independe da raça ou da unidade da federação. Além disto, também em 1991, tal vantagem era maior para as unidades da federação da região Nordeste (mais pobre), onde o número de mulheres alfabetizadas nessa faixa etária era 26% e 20% maior que aquele dos homens, respectivamente, para as raças branca e negra, valores bem acima daqueles observados

para o país como um todo, respectivamente, em torno de 5% e 6%. Um cotejo com os valores observados para 2000 indica que a vantagem para as mulheres, em geral, diminuiu (6% para 3% mais mulheres que homens). O corte por raça permite perceber que a vantagem desaparece para os negros, embora aumente levemente para a raça branca. Considerando-se as unidades da federação, é possível notar que os maiores progressos ocorrem nos estados nordestinos e para os indivíduos de cor negra.

Pelo menos parte dessas disparidades por sexo e por raça provavelmente podem ser explicadas pelas diferenças etárias na entrada no mercado de trabalho. Mais especificamente, a partir de dados mais recentes da PNAD de 2002, é possível evidenciar que o percentual dos indivíduos na faixa etária de 18 a 25 anos que entraram no mercado de trabalho com 14 anos ou menos girava em torno de 51,9% para homens negros, 49,6% para mulheres negras, 47,7% para homens brancos e 34,3% para mulheres brancas. Tal quadro é consistente com as maiores vantagens das mulheres frente aos homens para a cor branca que para a cor negra⁸.

A Tabela 5 apresenta, agora, evidência a respeito da dinâmica evolutiva do outro indicador básico inicialmente considerado, especificamente, o número médio de anos de estudos da população, por sexo e cor, para o país e suas macro regiões.

⁸ Tais evidências apresentam-se também em acordo com aquelas apresentadas por Kassouf (2002), a respeito do trabalho infantil no Brasil.

Tabela 5 – Número Médio de Anos de Estudos

	Homens		Mulheres	
	1992	2002	1992	2002
Brasil	4,8	5,0	4,9	5,3
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0
Nordeste	3,2	3,6	3,7	4,2
Sudeste	5,5	5,8	5,5	5,9
Sul	5,3	5,5	5,4	5,7
Centro-Oeste	5,0	5,1	5,4	6,0

	Homens Brancos		Mulheres Brancas	
	1992	2002	1992	2002
Brasil	5,1	5,8	5,2	6,0
Norte	5,1	5,1	5,1	5,6
Nordeste	3,7	4,2	4,3	4,9
Sudeste	5,5	6,3	5,5	6,4
Sul	5,0	5,7	5,0	5,9
Centro-Oeste	5,1	5,7	5,3	6,2

	Homens Negros		Mulheres Negras	
	1992	2002	1992	2002
Brasil	3,1	4,2	3,3	4,2
Norte	3,5	4,3	3,8	4,7
Nordeste	2,4	3,4	2,8	3,9
Sudeste	3,8	4,8	3,8	4,9
Sul	3,5	4,5	3,3	4,5
Centro-Oeste	3,6	4,6	4,0	4,9

Fonte: IBGE – PNAD 1992 e 2002.

De forma geral, os números permitem perceber que, já em 1992, as mulheres apresentavam escolaridade mais elevada que aquela dos homens. Além disso, exceto para a região Norte, a dinâmica nos dez anos considerados indica uma elevação da diferença favorável às mulheres, tanto para o país (diferença de 0,1 ano em 1992 e de 0,3 ano em 2002), como para as demais regiões. A tabela 15, nos anexos, permite apreender as diferenças, por gênero e raça, para cada unidade da federação. Nela, é possível perceber que os estados nordestinos apresentam, em geral, os maiores diferenciais tanto por raça, como por gênero. No primeiro caso, o destaque geral é

o Estado de Alagoas, onde os brancos chegam a apresentar número de anos médios de estudos 50% maior que aquele dos negros; no segundo caso, destaca-se o Estado da Paraíba, onde as mulheres apresentam o número médio de anos de estudos 26% maior que aquele dos homens.

O corte analítico por raça, porém, permite anotar diferenças importantes. No período analisado, e considerando o país como um todo, percebe-se uma elevação da diferença educacional favorável às mulheres para os indivíduos de cor branca (um padrão presente em todas as regiões) e uma diminuição dessa diferença favorável

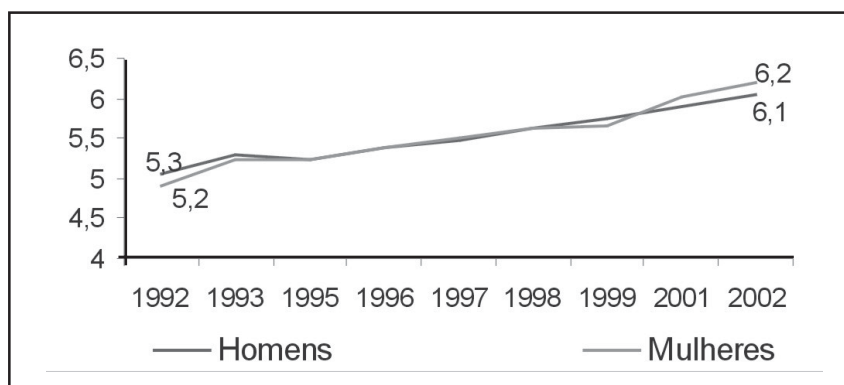




vel às mulheres para os indivíduos de cor negra (embora, para as regiões Sudeste e Sul, tal padrão não se repita). Ou seja, enquanto, para os negros, os dez anos considerados foram de convergência entre homens e mulheres, para os brancos (e para a população do país como um todo), o diferencial favorável às mulheres se elevou.

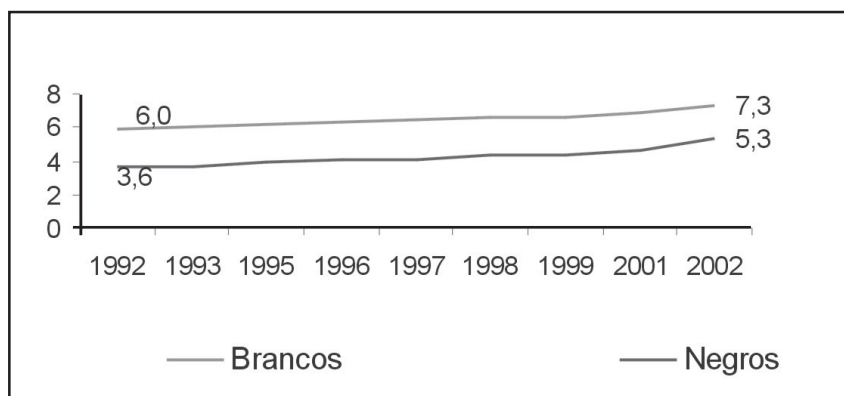
Tal padrão evidencia a importância de se considerar separadamente a evolução da dinâmica educacional por sexo e por raça ou cor. Nesse sentido, as duas figuras abaixo permitem um acompanhamento mais completo da evolução do número médio de anos de estudos, segundo esses dois cortes e considerando, agora, indivíduos com 25 anos ou mais.

Figura 3 - Evolução do Número Médio de Anos de Estudos População de 25 anos ou mais - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD.

Figura 4 - Evolução do Número Médio de Anos de Estudos da População de 25 anos ou mais - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD.

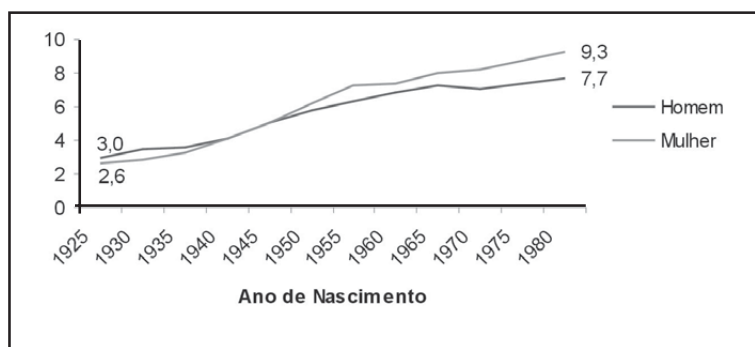
A partir da Figura 3, percebe-se que a vantagem das mulheres sobre os homens, em 1992, deriva da maior escolaridade daquelas para os jovens de menos de 25 anos, já que, a partir dessa idade, os homens, em 1992, apresentavam ligeira vantagem. A figura torna claro, todavia, o maior dinamismo educacional das mulheres (crescimento de 26%, superior aos 20% dos homens), que, já a partir de 1995, apresentam escolaridade equivalente à dos homens e terminam o período à frente desses.

A Figura 4 permite apreender, porém, um quadro bem distinto para o cotejo entre as raças. Embora seja possível aferir uma diminuição da desvantagem dos negros frente aos brancos, nos dez anos considerados, já que, em 1992, o número médio de anos de estudos para os negros

correspondia a 61% daquele dos brancos e, em 2002, tal percentual vai a 72,6%, tal processo de convergência ocorre a uma velocidade bastante baixa, incapaz de possibilitar uma expectativa de igualdade, mesmo para os próximos dez anos⁹.

As dinâmicas apresentadas acima escondem importantes diferenças de escolaridades entre as gerações. Já foi observado que parte importante da vantagem educacional das mulheres decorre das maiores diferenças para os mais jovens. Por outro lado, parte importante do atraso médio da escolaridade dos negros pode estar vinculada a níveis iniciais bastante baixos para gerações mais velhas. As evidências apresentadas a seguir permitem averiguar ambas as possibilidades, ao considerar a evolução do número médio de anos de estudos a partir de gerações.

Figura 5 - Evolução do Número Médio de Anos de Estudos por Geração e Gênero



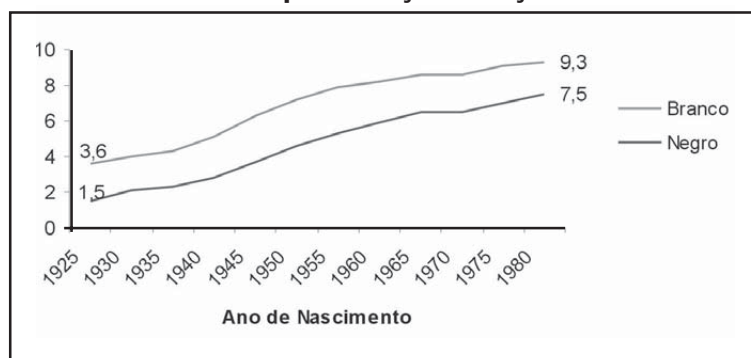
Fonte: IBGE - PNAD 2002.

⁹ Anualizadas, as taxas de crescimento obtidas a partir dos números da Figura 4 indicam que, em 2015, o número médio de anos de estudos dos negros corresponderia a apenas 91% daquele dos indivíduos de cor branca.





Figura 6 - Evolução do Número Médio de Anos de Estudos por Geração e Raça



Fonte: IBGE - PNAD 2002.

A partir de ambas as figuras, é imediata a percepção de que há uma tendência monotônica de elevação da escolaridade, à medida que as gerações vão ficando mais novas.

Mais especificamente, nota-se, na Figura 5, que, de fato, já a partir da geração nascida em 1940, a escolaridade das mulheres ultrapassa a dos homens e evolui no sentido de ampliar tal diferença, apresentando, as mulheres, para os nascidos em 1980, anos médios de estudos 20% maior que aqueles dos homens.

Por outro lado, as evidências apreendidas a partir da Figura 6 apontam para a dramática situação de escolaridade das gerações mais velhas dos indivíduos da raça negra. Para os nascidos em 1925, os brancos apresentavam anos médios de escolaridade mais de duas vezes maiores que aqueles dos negros. Nessa situação, mesmo com taxas bastante elevadas de crescimento da escolaridade entre gerações (em torno de 39% entre os nascidos em 1980 e 1925), os negros mais jovens ainda apresentam significativo diferencial desfavorável no item *anos médios de anos de estu-*

dos, quando comparados com jovens brancos (24,4% menores para os nascidos em 1980).

2.1. Ensino Fundamental

Até agora, as comparações entre os desempenhos educacionais de mulheres e homens e de negros e brancos basearam-se em indicadores gerais. Mais informações a respeito dessas diferenças podem ser obtidas, porém, no foco dessas diferenças pelos níveis de ensino - elementar, médio e superior.

Nesse sentido, de início, a Tabela 16, no anexo, apresenta, para cada unidade da federação, a razão entre o número de mulheres e homens no ensino elementar. Imediatamente, é possível perceber, de forma geral, que, para a maioria dos Estados, o número de mulheres, já em 1991, era superior ao dos homens e tal situação tende a um maior equilíbrio, no ano de 2000. Regionalmente, é possível perceber que, em 1991 a situação é menos favorável às mulheres para os Estados das regiões Norte e Centro-Oeste e mais favorável para os Estados da região Nordeste. De

forma geral, com respeito a tal indicador, é possível afirmar que, no Brasil, as disparidades entre os sexos no acesso ao ensino elementar já há algum tempo vêm sendo eliminadas.

O corte por raça revela-se, porém, fundamental para a apreensão da realidade brasileira. A partir das evidências para o ano de 1991, é possível perceber que as mulheres brancas estão, para todas as unidades consideradas, sempre em vantagem em relação às negras, na comparação com os homens, um resultado que se mantém em 2000. Note-se, da mesma forma, que, quando comparadas as situações para os anos de 1991 e 2000, o corte por raça ainda revela que, enquanto para as mulheres brancas, a vantagem frente aos homens se mantém, a despeito de redução dessa vantagem, para as mulheres negras, ela é revertida, para a maioria das unidades.

Parte importante da explicação para tais diferenças nos padrões observados no ensino elementar para mulheres e homens e para as diferenças por raça pode ser atribuída às diferentes condições iniciais de investimento em educação e, assim, às possibilidades de não incorporação ao mercado de trabalho. A partir dos dados mais recentes da PNAD (2002), é possível perceber, por exemplo, que aproximadamente 19% do pessoal ocupado, masculino, começa a trabalhar com até 9 anos de idade, um percentual que gira em torno de 14% para as mulheres. Quando é feito o

corte racial, nota-se que a situação das mulheres brancas é significativamente melhor que das mulheres negras: 12,4% das primeiras começaram a trabalhar com até 9 anos, enquanto que 16,6% das segundas iniciaram-se no mercado de trabalho com até 9 anos. Ou seja, a diferença entre as mulheres brancas e negras para o indicador é quase da mesma ordem de magnitude daquela diferença entre mulheres e homens¹⁰.

É importante ressaltar que as mulheres não estão apenas relativamente mais presentes que os homens no ensino fundamental, as mulheres também apresentam menor atraso escolar. A Tabela 18, do anexo, apresenta, para o país e para as unidades da federação, o indicador “distorção idade-conclusão”, que mede o percentual dos estudantes que concluíram o ensino fundamental com idade inadequada. No ano de 2002, tal percentual correspondia a 41,20% para os homens e 37,3% para as mulheres, considerando o país como um todo. Tal diferença favorável às mulheres também é encontrada em todas as unidades da federação. Mais especificamente, é possível perceber que os maiores atrasos são encontrados nos Estados do Nordeste, tanto para homens, como para mulheres. Por outro lado, as maiores diferenças entre homens e mulheres (favoráveis a essas últimas) são encontradas nos Estados do Sul, que também apresentam os mais baixos níveis de distorção.

¹⁰ Para indivíduos na faixa etária de 18 a 25 anos, ou seja, da geração mais recente do pessoal ocupado, a diferença entre as mulheres brancas e negras é ainda mais significativa: 5,7% das primeiras entram no mercado de trabalho com até 9 anos, um percentual que vai a 11,3% para as mulheres negras.





2.2. Ensino Médio

No ensino médio, a maior presença feminina em relação à masculina é ainda mais aparente que aquela verificada no ensino fundamental, o que pode ser percebido a partir da Tabela 17, no anexo, que apresenta, para cada unidade da federação e para os anos de 1991 e 2000, a razão entre mulheres e homens no ensino médio. Já em 1991, apenas para duas unidades federativas (Santa Catarina e Roraima) tal razão era desfavorável às mulheres. Destaquem-se, mais uma vez, os Estados nordestinos, onde o número de mulheres é, no mínimo, 27% maior que o de homens, o que, dado o estado de maior pobreza geral da região, sugere uma relação entre níveis de renda regional e frequência ao ensino médio relativamente maior por parte das mulheres.

A comparação com os números de 2000 mostra, de forma geral, uma tendência ao equilíbrio, com a superioridade feminina diminuindo, num movimento no mesmo sentido daquele verificado no ensino elementar, embora seja preservado o padrão regional de diferenciação. De fato, o exame por unidades da federação indica que apenas para Roraima o movimento não seguiu a tendência ao equilíbrio, elevando-se o diferencial favorável às mulheres.

Também aqui, o corte por raça se revela fundamental. Tanto para o ano de 1991, como para o ano de 2000, e para todas as unidades da federação, a maior presença feminina que a masculina no ensino médio é sempre mais acentuada para as mulheres brancas que para as negras, embora haja, durante o período, uma tendência de convergência entre as raças. Em conjunto com

esse último movimento, a atenuação da vantagem das mulheres frente aos homens no ensino médio parece, então, indicar que o país está a caminho de um maior equilíbrio de igualdade de oportunidades em seu ensino médio, tanto na dimensão gênero como na dimensão raça.

Também na Tabela 17, é possível constatar as diferenças de atraso escolar entre homens e mulheres, agora, no ensino médio, para o mesmo indicador “distorção idade-conclusão”. Nota-se, de início, que os níveis de atraso são superiores àqueles encontrados para o ensino fundamental e as diferenças entre os sexos são menores. Para o país como um todo, os homens apresentam um percentual de 47,1%, frente a um percentual de 45,5% para as mulheres. Tal vantagem favorável às mulheres é também encontrada na maioria dos Estados (apenas 9 das 27 unidades federativas apresentam os homens em posição mais favorável). Mais particularmente, é possível constatar que em todos os Estados do Sudeste e exceto para o Rio Grande do Sul na região Sul, as mulheres apresentam sempre menor atraso escolar.

2.3. Ensino Superior

Por fim, a Tabela 19, também no anexo, apresenta um cotejo entre a presença de mulheres e homens no ensino superior através da razão entre o número de mulheres e de homens nesse nível de ensino para os anos de 1991 e 2000, ressaltando, também, os diferenciais por raça.

De início, percebe-se que, já em 1991, 20 das 27 unidades da federação apresentam maior pre-

sença das mulheres que dos homens no ensino superior, uma diferença que, mais uma vez, é bem mais expressiva para os Estados nordestinos, chegando o Estado de Pernambuco a apresentar 36% mais mulheres que homens nesse nível de ensino. Além disso, diferentemente do encontrado para os níveis elementar e médio, a evolução no tempo desse indicador aponta para uma elevação do diferencial favorável às mulheres; de fato, apenas para uma unidade da federação (Pernambuco), não ocorre um aumento do número de mulheres em relação ao dos homens no ensino superior entre 1991 e 2000. Ou seja, há uma sensível maior presença feminina que masculina no ensino superior brasileiro, no período mais recente, mais forte no Nordeste, mas também bastante significativa para os Estados mais ricos do país.

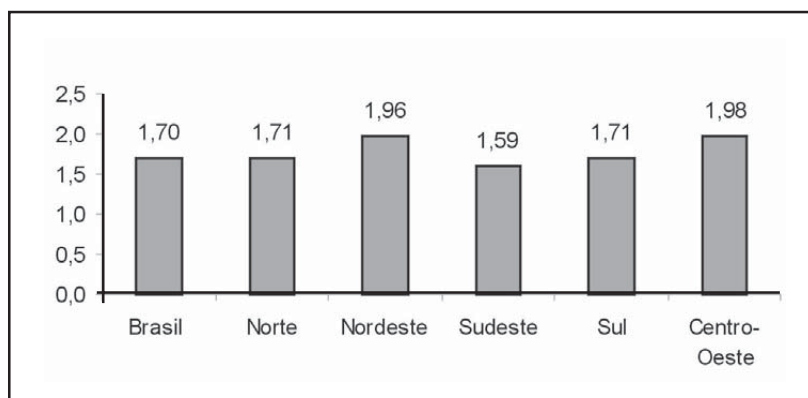
Tal movimento de ampliação da maior presença feminina no ensino superior, nos últimos anos, parece associado, por um lado, ao menor custo de oportunidade das funções domésticas das

mulheres, decorrente de sua progressiva menor taxa de natalidade e, por outro, à diminuição do retorno à educação para os níveis médios de ensino verificado no país. É possível, também, notar, considerando o corte racial, que, no ensino superior, as diferenças por raça no que respeita à participação das mulheres em relação a dos homens são menos acentuadas que nos demais níveis de ensino.

Pelo menos duas qualificações adicionais devem ser feitas às diferenças de participação entre as mulheres e os homens no ensino superior do país. A primeira diz respeito às disparidades entre os números de concluintes do ensino superior por sexo. Nesse sentido, a Figura 7, a seguir, permite constatar que a vantagem das mulheres é ainda maior que aquela já anotada para participação nesse nível de ensino.

Percebe-se, então, que o número de mulheres concluintes é 70% maior que o número de homens concluintes, percentual que chega quase a

Figura 7 - Razão entre o número de mulheres e o número de homens concluintes do ensino superior - 2002



Fonte: Ministério da Educação - INEP.





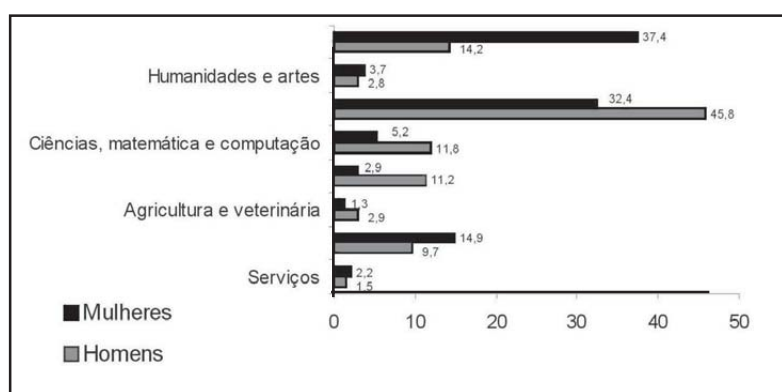
100% para as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Ou seja, além de mais presentes, as evidências apontam para um ainda maior grau de permanência das mulheres nos cursos superiores do país.

Além dessas disparidades, outra característica a destacar, com respeito às de inserção por sexo no ensino superior brasileiro, refere-se às diferentes áreas de concentração dos cursos escolhidos. É possível evidenciar uma clara diferenciação no padrão de escolha de áreas dos cursos, de acordo com o sexo: há uma presença relativa bem maior das mulheres nos cursos nas áreas de educação e saúde e bem-estar social, com os homens apresentando presença relativa maior nas áreas de engenharia, produção e construção e ciências, matemática e computação. A

Figura 8, a seguir, permite a identificação mais ampla desses diferentes padrões de escolha de acordo com o sexo.

Tais diferentes padrões de escolha de áreas de cursos entre as mulheres e homens são fundamentais no entendimento das possibilidades de retorno financeiro das qualificações obtidas, já que condicionam, de forma importante, as possibilidades de acesso a postos de trabalho de maior qualidade. Como se anota mais adiante neste relatório, tais restrições impostas pelas escolhas de áreas dos cursos superiores parecem ser parte da explicação para a menor remuneração feminina em relação à masculina para indivíduos de mesma escolaridade.

Figura 8 - Distribuição dos concluintes do ensino superior entre grandes áreas por sexo (%) - 2002 - Brasil



Fonte: Ministério da Educação - INEP.

3. Disparidades na Distribuição da Riqueza e na Inserção no Mercado de Trabalho

3.1. Níveis de Evolução

De forma fundamental, os níveis individuais de renda, e assim parte importante dos determinantes dos seus níveis de bem-estar, estão vinculados aos níveis de qualificação dos indivíduos, derivados da escolaridade e da experiência acumulada no trabalho. Nesta seção são examinados os diferenciais por gênero e raça nas condições de retorno e na natureza das condições de trabalho para o caso brasileiro, ressaltando sua evolução no passado recente. Como se poderá aferir através das evidências apresentadas, é, sobretudo, na forma de inserção das mulheres no mercado de trabalho que se revela, para o caso brasileiro, a situação social menos favorável para elas.

A Tabela 6, que segue, fornece, de início, a composição do pessoal ocupado, por sexo e raça (considerando apenas as raças branca e negra, essa

última incluindo os indivíduos de cor parda), permitindo uma primeira percepção de participação efetiva do mercado de trabalho.

Os percentuais da tabela permitem perceber que, embora distribuídas em razoável acordo com suas participações na população, no que se refere à raça, com respeito ao sexo, as mulheres estão claramente sub-representadas, em geral e em qualquer das raças consideradas. Ou seja, apesar de mais escolarizadas que os homens, e assim, potencialmente mais produtivas, as mulheres participam relativamente menos do esforço produtivo do país.

Há duas explicações imediatas para essa sub-representação das mulheres no pessoal ocupado. Em primeiro lugar, elas tendem a apresentar menor taxa de participação, no mercado de trabalho (população economicamente ativa) que os homens, para os indivíduos em idade ativa (10 a 65 anos). Por outro lado, as mulheres também apresentam maior taxa de desocupação

Tabela 6 – Composição do Pessoal Ocupado (%) - 2002

	Participação no total	Participação por raça	
		Branca	Negra
Homens	57,4	56,1	57,1
Mulheres	42,6	43,9	42,9
Total	100,0	100,0	100,0
Branca	53,5		
Negra	45,9		

Fonte: IBGE - PNAD 2002

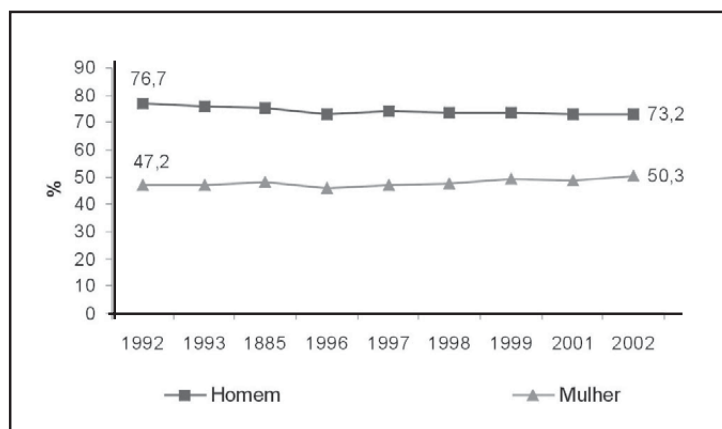




entre os indivíduos que se incorporam ao mercado de trabalho. Com respeito ao primeiro fator, a Figura 9 fornece a evolução da taxa de participação (relação entre população economicamente ativa e a população em idade ativa) para o período 1992-2002, permitindo poucas dúvidas a respeito dos diferenciais com respeito aos homens, apesar da tendência de crescimento da participação feminina.

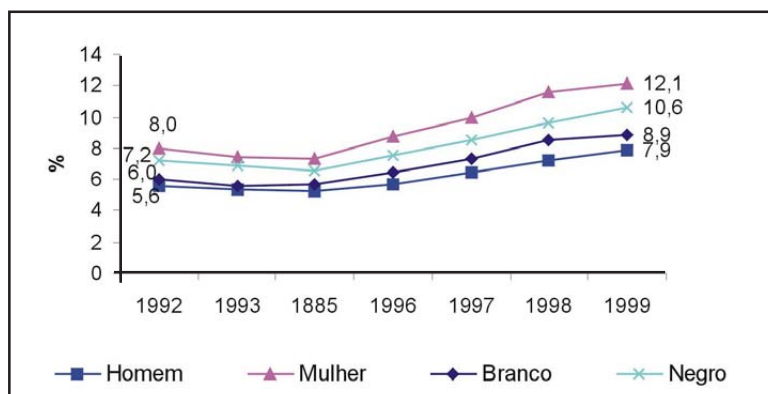
A Figura 10, que segue, por sua vez, mostra que, historicamente, de fato, as mulheres também apresentam maiores taxas de desocupação que os homens e, ao contrário do ocorrido com a taxa de participação, as diferenças em relação aos homens têm-se elevado. Note-se, também, que, aqui, são significativas as diferenças por raça, que, da mesma forma, aumentam no período.

Figura 9 - Evolução da Taxa de Participação (PEA/PEA, %) por sexo - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD.

Figura 10 - Evolução da Taxa de Desocupação (desocupados da PEA/PIA, %) - Brasil



Fonte: Henriques (2002), a partir de dados da PNAD.

Tabela 7 – Rendimento Mensal Médio por Sexo e por Raça – 2002.

Rendimento Médio Mensal da População			Rendimento Médio Mensal do Pessoal Ocupado				
Valores Absolutos (R\$)			Valores Absolutos (R\$)				
	Homens	Mulheres	Total		Homem	Mulher	Total
Branca	723,55	350,62	525,64	Branca	934,4	633,3	812,3
Negra	315,24	189,48	247,72	Negra	458,9	325,4	409,5
Total	541,44	270,33	400,68	Total	719,9	505,9	636,5

Em Relação ao rendimento médio do país			Em Relação ao rendimento médio do país				
	Homens	Mulheres	Total		Homem	Mulher	Total
Branca	1,81	0,88	1,31	Branca	1,47	0,99	1,28
Negra	0,79	0,47	0,62	Negra	0,72	0,51	0,64
Total	1,35	0,67	1,00	Total	1,13	0,79	1,00

Fonte: IBGE – PNAD.

Com menor participação relativa no mercado de trabalho e com maior taxa de desocupação que os homens, as mulheres também se apresentam em situação desfavorável, no que diz respeito aos rendimentos obtidos. A Tabela 7, que segue, fornece evidências recentes a respeito dos níveis e diferenciais de rendimentos, por sexo e por raça.

Os valores apresentados indicam as situações desfavoráveis das mulheres e dos negros no coitejo, respectivamente, com homens e brancos. Especificamente, o rendimento médio da população feminina correspondia, em 2002, aproximadamente, à metade daquele da população feminina; já a desvantagem para os negros frente aos brancos era ainda maior. Tais diferenças são atenuadas, considerando-se o pessoal ocupado, o que é esperado, dada a menor taxa de participação das mulheres. Mesmo assim, os diferenciais por sexo permanecem elevados: os rendimentos dos homens apresentavam-se em tor-

no de 42% mais elevados que os rendimentos das mulheres. Por sua vez, a comparação a partir do pessoal ocupado atenua muito menos os diferenciais de rendimentos entre brancos e negros: os primeiros continuam apresentando rendimentos mensais médios em torno de duas vezes maiores que aqueles dos negros. Note-se, a esse respeito, que a mulher negra é, dessa forma, duplamente desfavorecida: seu rendimento mensal médio é menos da metade daquele observado para a população total do país.

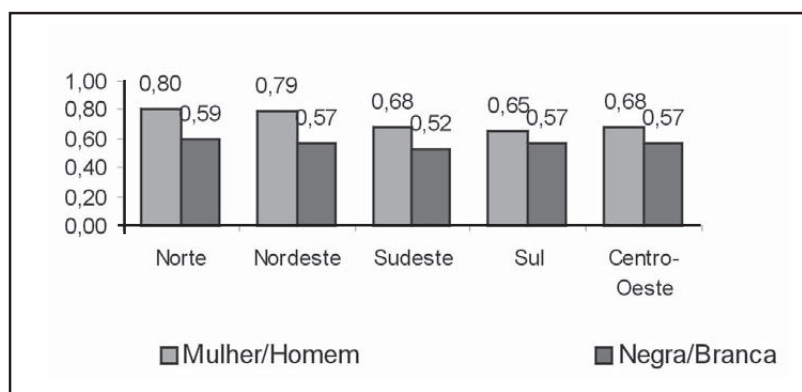
Ainda em caráter descritivo, a Figura 11, a seguir, permite evidenciar distintos padrões regionais de diferença entre os rendimentos das mulheres e dos homens e dos negros e brancos, a partir do pessoal ocupado.

Nota-se que há maior homogeneidade espacial nas disparidades com respeito à raça, apesar de menor homogeneidade entre as regiões na





Figura 11 - Razões entre os rendimentos das mulheres e dos homens e entre os rendimentos dos negros e dos brancos - pessoal ocupado - 2002



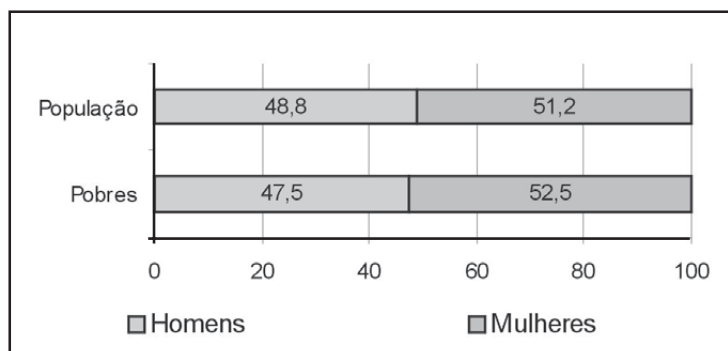
Fonte: IBGE - PNAD.

distribuição interna dos indivíduos para esse critério, do que no que se refere ao sexo. Além disso, a região Nordeste apresenta, para os dois grupos de comparação considerados, os menores diferenciais de rendimentos. Já os maiores diferenciais são encontrados na região Sudeste, para raça, e Sul, para sexo.

Mais adiante são discutidas potenciais explicações para os diferenciais observados e razões

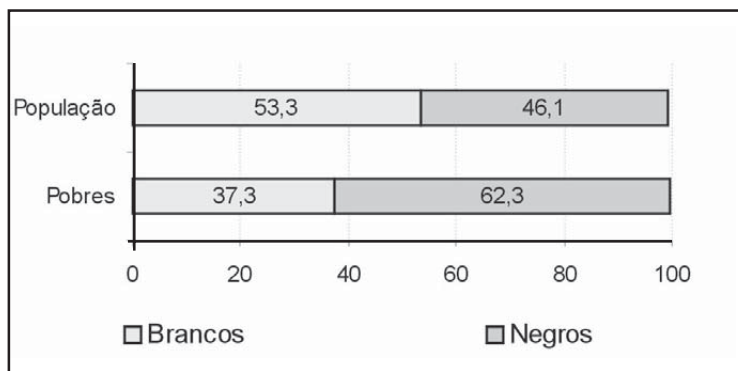
para diferentes inserções dos grupos no mercado de trabalho. Antes, porém, são evidenciadas suas implicações para o bem-estar dos indivíduos e sua evolução no tempo. Nesse sentido, as duas figuras que seguem, apresentam as distribuições da população e dos pobres, segundo, respectivamente, o sexo e a raça, facilitando o cotejo entre as mesmas para cada uma dessas categorias.

Figura 12 - Distribuição da população e dos pobres, segundo o sexo (%) - 2002



Fonte: Cálculo dos autores a partir de dados da PNAD 2002 (IBGE) - e das linhas de pobreza regionais obtidas por Rocha (2003).

Figura 13 - Distribuição da população e dos pobres, segundo a cor (%) - 2002

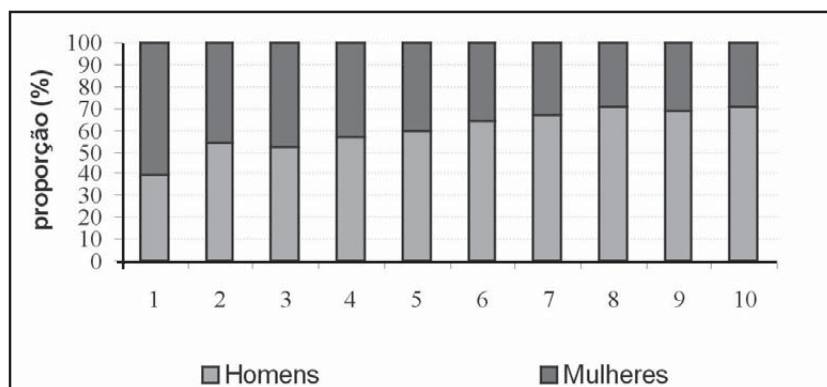


Fonte: Cálculo dos autores a partir de dados da PNAD 2002 (IBGE) - e das linhas de pobreza regionais obtidas por Rocha (2003).

Definidos a partir da renda familiar *per capita*, os contingentes de pobres apresentam-se naturalmente mais bem divididos entre mulheres e homens, que entre as diferentes raças. Mesmo assim, a participação das mulheres entre os pobres (52,5%) é um pouco mais elevada que sua participação na população (51,2%). Mas é na Figura 13 que é apresentada a evidência mais relevante: menos da metade da população brasileira (46,1%), os afro-descendentes constituem a maioria absoluta de pobres do país (62,3%).

A utilização da renda familiar *per capita* para a aferição dos níveis de pobreza permite evidenciar a situação desfavorável do negro brasileiro em relação ao branco, mas esconde, ou não revela com propriedade, a situação das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho. Assim, as evidências apontadas são complementadas com apresentação da distribuição da população ocupada por décimos da distribuição da renda do trabalho principal, segundo o sexo e segundo a cor ou raça. Essas evidências encontram-se nas duas figuras a seguir.

Figura 14 - Distribuição da população por décimos da renda do trabalho principal, segundo o sexo - Brasil - 2002

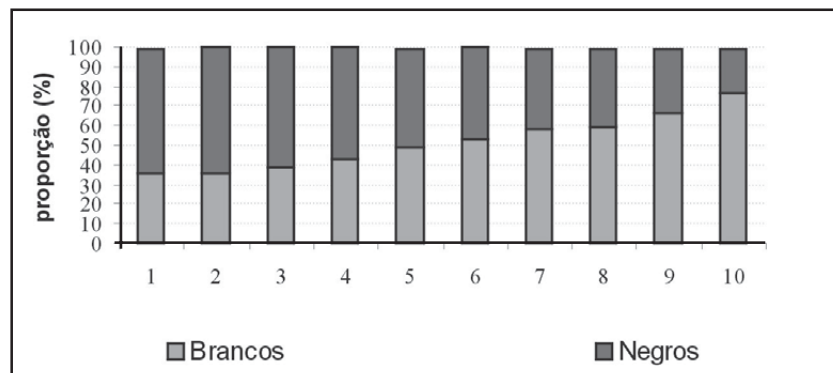


Fonte: PNAD -2002.





Figura 15 - Distribuição da população por décimos da renda do trabalho principal, segundo a cor - Brasil - 2002



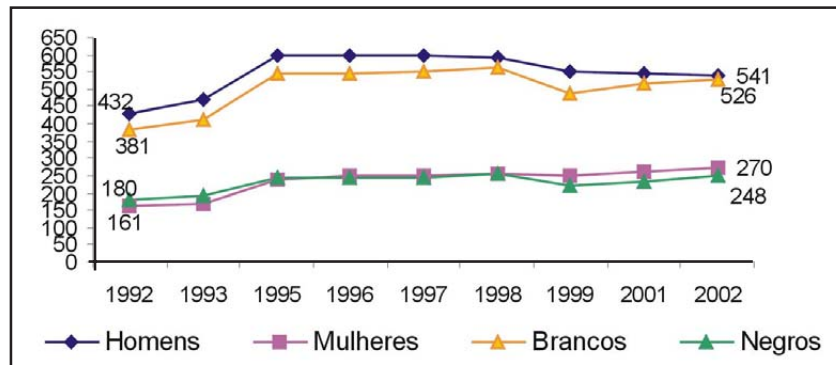
Fonte: PNAD -2002.

Note-se, então, que as duas figuras apresentam, pois, o mesmo padrão: as mulheres e os negros são sempre maiorias nos décimos mais pobres da distribuição e tornam-se minorias à medida que se caminha para os décimos mais ricos, embora a situação do negro seja ainda mais desfavorável. Mais especificamente, entre os 10% mais pobres, as mulheres representam cerca de 60%; já entre os 10% mais ricos, tal percentual se reduz para apenas cerca de 29%. Por sua vez, entre os 10% mais pobres e entre os 10% mais ricos, os negros perfazem, respectivamente, 64% e 22,6%¹¹.

Apesar dos quadros citados, visualmente próximos para os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre mulheres e homens e entre negros e brancos, no Brasil, em verdade, tais fotografias resultam de dinâmicas evolutivas distintas para os diferenciais de renda entre mulheres e homens e negros e brancos. Mais especificamente, as evidências apresentadas a seguir indicam que, enquanto no período 1992-2002, os diferenciais de rendimento entre mulheres e homens se reduziram, em uma tendência de convergência, os diferenciais entre brancos e negros se elevaram, caracterizando-se por uma tendência de divergência.

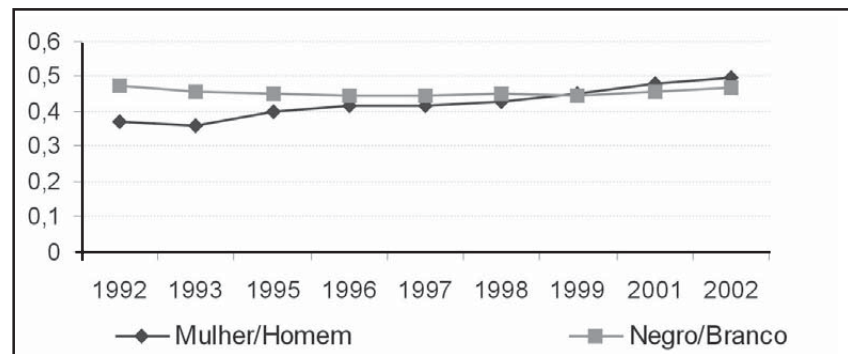
¹¹ Tais percentuais são bem próximos àqueles apresentados por Henriques (2003) para o ano de 1999. Em verdade, em um corte mais detalhado, considerando centésimos da distribuição, esse autor mostra que, de cada 10 pessoas entre os mais pobres, 8 são negras.

Figura 16 - Distribuição do rendimento mensal médio real das pessoas de 10 anos ou mais (R\$) - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD. Valores inflacionados pelo INPC.

Figura 17 - Evolução das razões entre os rendimentos mensais médios das mulheres e dos homens e dos negros e dos brancos - pessoas de 10 anos ou mais



Fonte: IBGE - PNAD.

Com as figuras, é possível perceber, de fato, dinâmicas bem distintas para os diferenciais de renda por sexo e raça. Enquanto os rendimentos das mulheres correspondiam a cerca de 35% daqueles dos homens em 1992, dez anos depois, tal percentual passa para cerca de 50%. Por outro lado, tal tendência à diminuição das disparidades não é encontrada na comparação entre as raças; em 1992, os rendimentos dos negros (superiores aos das mulheres) correspondiam a 47,3% daqueles dos brancos e passam a corresponder a apenas 47,1% dos rendimentos desses,

deixando clara a maior rigidez existente no que diz respeito aos diferenciais de rendimento por raça. Além disso, a figura 17 mostra que a razão entre os rendimentos das mulheres e dos homens apresenta trajetória quase monotônica de crescimento, ressaltando a robustez do movimento favorável às mulheres. Bastante distinto, porém, é o comportamento da razão entre os rendimentos de negros e brancos, que, depois de diminuir até 1998, apresenta alguma recuperação no período 1999-2002.





3.2. Determinantes

Em termos de níveis, as diferenças citadas com respeito à inserção de homens e mulheres e de negros e brancos no mercado de trabalho, a princípio, poderiam ser entendidas a partir dos diferenciais de qualificação entre os indivíduos dos quatro grupos considerados. Como se apontou na seção anterior, entretanto, enquanto essa pode ser uma explicação potencial para os diferenciais de rendimentos entre negros e brancos, dificilmente poderia explicar os diferenciais entre homens e mulheres, já que essas apresentam maior escolaridade, o que exigiria uma compensação por enormes diferenças e retornos à experiência. De fato, a existência de significativos diferenciais de salários por gênero no mercado de trabalho brasileiro, mesmo para pessoas com os mesmos níveis de qualificação, ocupando postos de trabalhos semelhantes e vivendo na mesma região, é uma evidência bem conhecida com respeito ao mercado de trabalho brasileiro (Araújo e Ribeiro, 2002; Cavalieri e Fernandes, 1998; Barros, Ramos e Santos, 1992).

Como bem argumentam Barros et.al. (2001), existem, basicamente, três motivos potenciais para explicar as diferentes inserções de homens e mulheres com as mesmas habilidades produtivas no mercado de trabalho. O primeiro diz respeito a possíveis diferenciais entre mulheres e homens com respeito ao custo de oportunidade do tempo utilizado para trabalhar, ou seja, quanto às distintas valorizações das atividades não-laboriais¹², o que deve afetar, sobretudo, a dis-

posição de participar do mercado de trabalho e a duração da jornada de trabalho. Um segundo motivo seria a percepção, por firmas ou empregadores, de que homens e mulheres, mesmo com iguais níveis de qualificação, representam distintos fatores de produção, o que implicaria diferentes graus de complementaridade com demais fatores de produção e, assim, na existência, sob tal visão sexista, de ocupações exclusivas para homens e mulheres. Embora se possa reconhecer a existência de ocupações exclusivamente masculinas e femininas, sua presença no mercado de trabalho parece pouco significativa; além disso, dificilmente essa distinção corresponde a postos de trabalho mais bem remunerados. Por fim, é possível observar que as diferenças salariais entre homens e mulheres de mesma qualificação decorrem de discriminação, isto é, do tratamento desigual para fatores igualmente produtivos, o que pode ocorrer por meio de diferentes remunerações para um mesmo posto de trabalho ou, mesmo, da segregação ocupacional.

Note-se que esse último motivo implica a existência de uma dupla perda de eficiência para a sociedade, já que, por um lado, dado seu nível de qualificação, as mulheres poderiam atingir níveis mais elevados de produtividade e, assim, obterem renda maior, e, por outro, os sinais de mercado poderiam desestimular o investimento em qualificação para as novas gerações.

Já foi mostrado (Figura 9) que a taxa de participação (relação PEA/PIA) para mulheres, ape-

¹² O exemplo mais radical provavelmente seja o caso das mulheres com filhos recém-nascidos.

sar do crescimento recente, era, em 2002, em torno de 72% menor que a dos homens. A Tabela 8, a seguir, fornece, por sua vez, o número médio de horas semanais de trabalho por sexo e raça.

É possível notar, então, que as diferenças entre as raças são bem menos pronunciadas que as diferenças entre os sexos. Especificamente, os homens apresentam um número médio de horas trabalhadas por semana superior em quase nove horas ao número médio apresentado pelas mulheres. Tal evidência, juntamente com a maior taxa de participação masculina, parece sugerir que há, entre homens e mulheres, custos de oportunidades diferentes envolvidos na decisão

de trabalhar e na extensão desse trabalho. Isto implica que as comparações de rendimentos devem ser feitas, para indivíduos de mesma qualificação, a partir dos rendimentos-hora dos dois sexos.

Nesse sentido, as evidências apresentadas na Figura 18 fornecem uma primeira aproximação aos diferenciais de rendimentos-hora para diferentes grupos de anos de estudos, por sexo e raça.

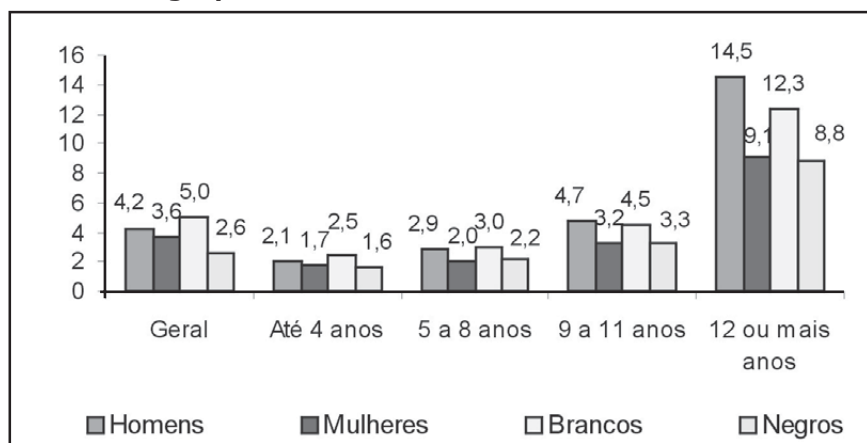
Perceba-se que, sem descontar as diferenças educacionais, os negros recebem quase metade da remuneração dos brancos, não havendo grande diferença em relação à comparação através do rendimento mensal (já que são grandes as dife-

Tabela 8 – Número Médio de Horas Trabalhadas por Semana - 2002

	Homens	Mulheres	Total
Branco	44,5	36,0	40,9
Negro	43,2	34,2	39,7
Total	43,9	35,2	40,3

Fonte: IBGE - PNAD 2002.

Figura 18 - Rendimento-hora (R\$) do pessoal ocupado por grupos de anos de estudos - 2002 - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD 2002.





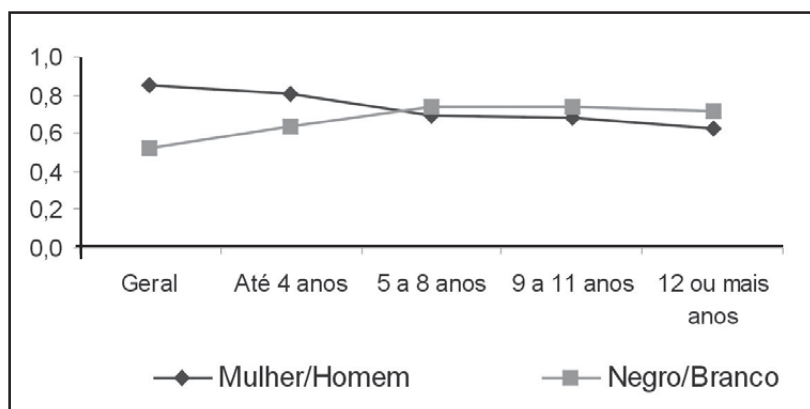
renças em relação à quantidade de horas trabalhadas). Já as mulheres passam a ganhar em torno de 85% do rendimento-hora dos homens. Os valores para os diferentes grupos educacionais permitem perceber que os diferenciais de remuneração entre brancos e negros diminuem à medida que são comparados grupos mais escolarizados, evidenciando que, de fato, aqui, os diferentes níveis de escolaridade têm um papel importante nas explicações das disparidades observadas.

Tal padrão não é observado, porém, para os diferenciais de rendimentos entre os sexos, isto é, os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres não diminuem (na verdade, se elevam) quando são comparados indivíduos pertencentes à mesma faixa de escolaridade. É possível, mesmo, perceber um movimento na direção oposta: à medida que se caminha para grupos de mais elevada escolaridade, os diferenciais aumentam, com as mulheres chegando a receber apenas em torno de 63% dos rendimentos-hora dos homens para o grupo de 12 ou mais

anos de estudos. A Figura 19, apresentada a seguir, torna claras as dessemelhanças entre os dois movimentos.

As evidências obtidas a partir de regressões tradicionais de determinação da renda (Box 1) para o país e para suas diferentes regiões permitem perceber de forma mais precisa que, de fato, enquanto descontadas as disparidades educacionais entre os indivíduos, os diferenciais de rendimentos entre as raças, desfavoráveis aos negros frente aos brancos, diminuem de perto de -40% para -18,54%, os diferenciais de rendimentos desfavoráveis às mulheres frente aos homens se elevam de -16% para -27,5%, movimentos cujos sentidos são encontrados em todas as regiões do país. Tais evidências indicam, por um lado, que aproximadamente metade dos diferenciais de rendimento entre negros e brancos podem ser atribuídos às disparidades educacionais entre estes dois grupos, e, por outro, que, para os níveis de escolaridade que possuem, as mulheres são sub-remuneradas em relação aos homens.

Figura 19 - Razões entre os rendimentos-hora de mulheres e homens e negros e brancos - pessoal ocupado - 2002 - Brasil



Fonte: IBGE - PNAD 2002.

Box 1 - Determinação da Renda

É possível obter uma estimativa do papel dos níveis individuais de qualificação na explicação das disparidades de renda entre mulheres e homens e entre indivíduos de cor negra e cor branca a partir de estimações de parâmetros de equações mincerianas, tradicionais nos estudos de mercado de trabalho.

Nesse sentido, são estimados por Mínimos Quadrados Ordinários dois conjuntos de 2 equações cada um. O primeiro, envolvendo uma equação em que o conjunto de variáveis explicativas é composto apenas por uma variável *dummy* para o sexo do indivíduo e outra equação em que, além da *dummy*, o conjunto de variáveis explicativas também inclui variáveis de capital humano, especificamente, anos de estudos e experiência. O segundo conjunto de equações é formalmente idêntico ao primeiro, apenas com a diferença de que a variável *dummy* de sexo é substituída por outra variável *dummy* de raça.

Formalmente:

$$\ln y = \beta_0 + \beta_1 D + \varepsilon$$

$$\ln y = \beta_0 + \beta_1 D + \beta_2 edu + \beta_3 exp + \beta_4 exp^2 + \varepsilon$$

em que Y representa o rendimento-hora do trabalho principal dos indivíduos, D representa uma variável *dummy* (para o primeiro conjunto de estimativa, $D = 1$ para indivíduo do sexo feminino e $D = 0$ para o sexo masculino; para o segundo conjunto de estimativas, $D = 1$ para indivíduos de cor negra e $D = 0$ para a cor branca), edu corresponde aos anos médios de estudos dos indivíduos, exp corresponde à experiência de trabalho (calculada como a diferença entre a idade menos o número de anos de estudos, subtraída, ainda, de seis), os β 's representam parâmetros a serem estimados e ε um termo estocástico com média zero e variância constante, de uma distribuição iidn $(0, \sigma^2)$.

Note-se que, nessas especificações, a partir do valor estimado para o parâmetro b_1 , é possível obter uma estimativa da diferença percentual média entre a renda do indivíduo do sexo feminino em relação ao masculino ou do indivíduo de cor negra em relação ao indivíduo de cor branca. Na primeira equação, tais diferenças percentuais não consideram as diferenças de capital humano entre os indivíduos, o que é feito por meio de segunda equação. Os resultados para o país como um todo e para as regiões do país, obtidos a partir de dados da PNAD 2002, são apresentados na tabela a seguir.

	Diferencial Mulher/Homem (%)		Diferencial Negro/Branco (%)	
	Bruto	Descontadas diferenças de capital humano	Bruto	Descontadas diferenças de capital humano
Brasil	-15,96	-27,51	-39,35	-18,45
Norte	-17,06	-29,87	-30,30	-14,96
Nordeste	-7,41	-28,32	-32,20	-9,52
Sudeste	-13,93	-28,66	-26,27	-8,41
Sul	-18,45	-25,81	-34,34	-14,99
Centro-Oeste	-14,06	-27,83	-34,14	-11,13

Obs.: valores obtidos pela transformação $var.\% = \exp(\beta_1 \text{ estimado}) - 1$.



**Tabela 9 – Distribuição do pessoal ocupado entre os grandes setores por sexo e raça**

Sexo/Cor	Ano	Setores			
		Agricultura	Indústria	Construção	Serviços
Homens	1992	30,6	17,1	9,8	42,6
	2002	23,5	15,7	11,8	48,6
Mulheres	1992	24,7	9,6	0,5	65,2
	2002	16,5	12,2	0,5	70,8
Branco	1992	23,6	15,9	7,3	53,2
	2002	12,3	17,0	6,3	64,4
Negro	1992	34,0	11,7	7,3	47,0
	2002	20,2	13,1	9,1	57,6

Fonte: IBGE - PNAD de 1992 e 2002.

Além dessas diferenças entre mulheres e homens quanto à valorização do mercado em relação a seus atributos produtivos pessoais, a diferente alocação desses dois grupos de acordo com o setor ou ramo de atividade e a posição na ocupação pode revelar formas adicionais de segregação, além de, potencialmente, poder explicar parte da sub-remuneração das mulheres, observada anteriormente. Perceba-se, também, que, mesmo comparando-se indivíduos de mesmos níveis de qualificação, os diferenciais de rendimento entre negros e brancos continuam bastante significativos.

A Tabela 9 apresenta, pois, a distribuição do pessoal ocupado de cada um desses quatro grupos entre os grandes setores da economia para os anos de 1992 e 2002, permitindo um retrato atual e a observação de tendências durante dez anos.

De início, o retrato para o ano de 2002 mostra as mulheres relativamente menos presentes na agricultura, indústria e construção, e relativa-

mente mais presentes nos serviços, quando comparadas com a presença relativa masculina nestes setores. Note-se, em particular, em comparação com as mulheres, a especialização masculina para o setor da construção e a especialização feminina, absoluta e relativa aos homens, no setor de serviços. Já os negros, cotejados com os brancos, apresentam-se relativamente mais presentes na agricultura e na construção, e são relativamente menos presentes nos setores da indústria e serviços.

A comparação entre as distribuições para os dois anos permite perceber um movimento geral de menor presença relativa na agricultura, que se dá de maneira mais forte para os brancos e para as mulheres, e uma elevação da presença relativa no setor de serviços, movimentos, ademais, bastante conhecidos e esperados. Note-se, mais especificamente, que as mulheres também elevam sua presença relativa no setor industrial, setor com maior presença relativa masculina, enquanto a presença relativa masculina é reduzida; por outro lado, os homens crescem relativa-

mente mais que as mulheres, em termos de participação relativa do pessoal ocupado, no setor de serviços, onde a maior presença relativa é feminina.

A partir do corte racial, é possível perceber, também, que os negros, além de permanecerem relativamente mais que os brancos na agricultura, também elevam sua participação relativa no setor da construção, enquanto os brancos a diminuem. A Tabela 20, no anexo, fornece, de forma complementar, a proporção de mulheres assalariadas no setor não-agrícola para o país, suas regiões e as unidades da federação nos anos de 1991 e 2000, segundo a raça. Além de não haver grandes variações dessa proporção entre as regiões e Estados, os valores, de forma geral, também sugerem a saída das mulheres da agricultura: enquanto o percentual correspondia a 40,2% em 1991, em 2000 tal percentual chega a perto de 44,5%. Para todas as regiões e para a esmagadora maioria dos Estados (a única exce-

ção é o Estado do Piauí), ocorre uma elevação dessa proporção entre os dois anos considerados.

Em suma, todas essas evidências a respeito da distribuição do pessoal ocupado entre os diferentes setores parecem sugerir um movimento de redução das diferenças entre mulheres e homens, uma tendência bem menos clara quando são considerados os comportamentos das distribuições para as diferentes raças.

A consideração apenas das diferenças, entre os sexos e entre as raças, na distribuição do pessoal ocupado entre os setores pode, porém, ocultar grandes disparidades na qualidade do emprego, já que também pode haver grandes diferenças entre os sexos (e entre raças) na posição ocupada dentro de um setor específico. Com o objetivo de evidenciar, de forma geral, as diferenças entre os sexos e entre as raças nos tipos de ocupações, bem como de fornecer evidências sobre

Tabela 10 – Distribuição do pessoal ocupado segundo o tipo de ocupação, por sexo e raça

Sexo/Cor	Ano	Tipos de Ocupação					
		Empregados	Militares e Estatutários	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não Remun.
Homens	1992	53,8	4,6	0,6	25,3	5,0	8,5
	2002	55,7	4,9	1,0	27,1	5,5	5,8
Mulheres	1992	34,4	8,4	16,1	16,0	1,5	13,0
	2002	37,5	9,4	14,5	24,3	0,8	13,4
Brancos	1992	47,8	7,0	5,2	20,7	5,1	9,5
	2002	49,4	7,2	6,3	21,4	5,7	10,0
Negros	1992	44,4	4,9	8,5	22,9	1,9	11,6
	2002	51,0	5,7	11,0	25,2	2,5	4,4

Fonte: IBGE - PNAD de 1992 e 2002.





a evolução dessas diferenças, a Tabela 10 apresenta a distribuição do pessoal ocupado, para as mulheres e para homens e para negros e brancos, por posição na ocupação nos anos de 1992 e 2002.

O quadro da página anterior revela, no que se refere às diferenças entre os sexos, disparidades ainda mais claras que aquelas encontradas para distribuição entre os setores. Considerando-se, inicialmente, a situação no ano de 2002, as diferenças mais significativas entre as distribuições dos homens e das mulheres dizem respeito às presenças relativas no trabalho doméstico (respectivamente, participações de 1,0% e 14,5%), com uma clara especialização feminina, e, na ocupação como empregador (na mesma ordem, 5,5% e 0,8%), com uma especialização masculina. Note-se, a esse respeito, que o primeiro caso corresponde a uma posição caracterizada por exigir baixa qualificação e, no segundo caso, a uma posição que exige, em geral, algum capital físico.

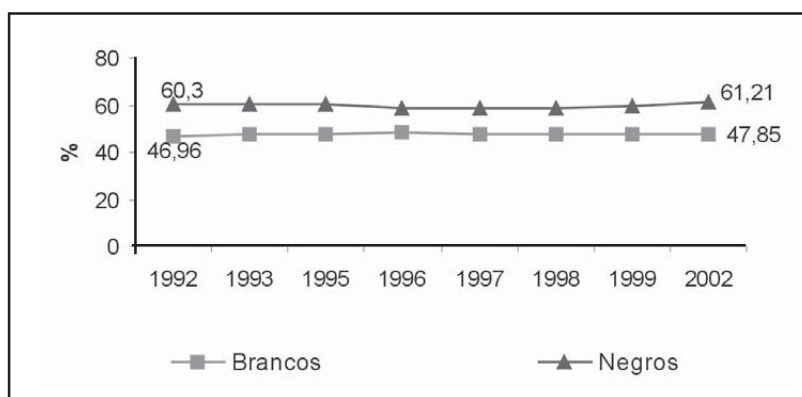
No cotejo entre negros e brancos, as diferenças são menores, embora os primeiros estejam, também, relativamente mais presentes no trabalho doméstico (11,0% versus 6,3% para os brancos) e relativamente menos presentes como empregadores (2,5 versus 5,7% para os brancos).

Por fim, note-se que a comparação entre as posições no período de 10 anos considerados per-

mite observar que, ao contrário do que se verifica para os grandes setores, não há alterações significativas nas diferenças entre as participações relativas por sexo (os padrões de especialização observados em 1992 também vigoram em 2002). Que isso ocorra, a despeito, como visto, do maior progresso da escolaridade das mulheres, que se distanciam mais dos homens a este respeito, revela rigidez quanto ao posicionamento das ocupações no que se refere ao sexo. Deve ser ressaltado, porém, o maior avanço feminino na ocupação por conta própria, frente ao movimento geral nesse mesmo sentido.

Por seu turno, o corte por raça indica que, se, por um lado, houve um maior aumento da presença relativa dos negros na posição de empregador, por outro, tal aumento maior também se verificou na posição da ocupação do trabalho doméstico. Em verdade, provavelmente as maiores diferenças entre as duas raças consideradas, quanto à posição na ocupação, sejam reveladas através dos diferentes graus de informalidade do pessoal ocupado - informalidade definida como a proporção de ocupados nas atividades por conta-própria, empregados sem carteira, trabalhadores sem remuneração ou produzindo para consumo próprio. A Figura 20, que segue, permite perceber que, além de significativa, a diferença se mantém ao longo do tempo.

Figura 20 - Evolução do Grau de Informalidade do Pessoal Ocupado de 10 anos ou mais de idade



Fonte: Henriques (2003) e PNAD 2002.





4. Participação Política

Observa-se que a população feminina tem acesso franqueado à participação política, formalmente, desde a década de 30¹³, ainda que o nível de participação nas esferas decisórias seja bastante reduzido, em contraposição ao que acontece com os homens. Durante esse período, as mulheres obtiveram apenas duas cadeiras de deputadas federais, na década de 30; sete, na década de 50 e sessenta e sete cadeiras, na década de 70. Somente nos anos 80, foi eleita a primeira mulher para o Senado e, em 1986, na legislatura que promulgaria a constituição de 1988, apenas 26 mulheres foram eleitas.

Durante a década de 90, algumas mudanças foram instituídas, o que garantiu o acesso das mulheres às instâncias de representação federal. Tais mudanças foram inauguradas, em 1991, com a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT), pela qual 30% das vagas dos cargos de direção do partido deveriam ser reservadas às mulheres. Essa medida foi posteriormente adotada para o Brasil, em 1995, pela lei que regulamenta as eleições, quando foi estabelecida uma cota de 20% dos candidatos ao legislativo para as mulheres. Posteriormente, a legislação eleitoral estabeleceu cotas de 30% a 70% para ambos os sexos. Porém, segundo dados do TSE, esses percentuais não são respeitados, embora estejam

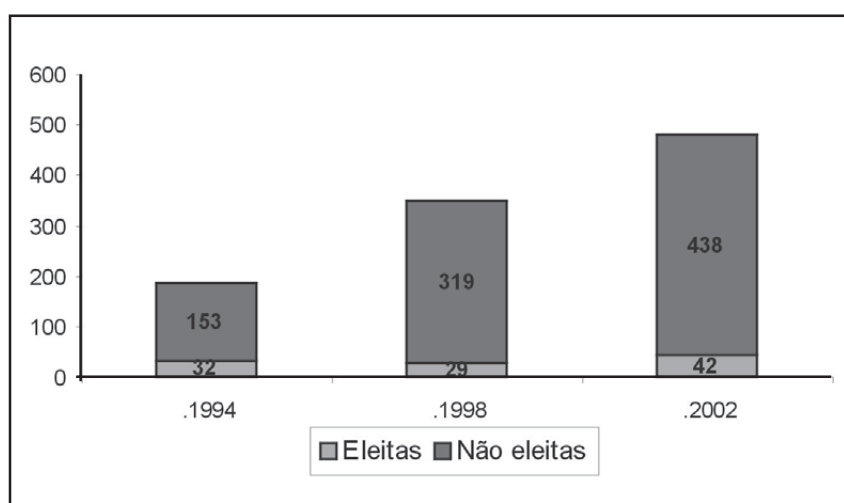
claramente apresentados na legislação, não sendo cumpridos pelos partidos e pelas coligações. Embora correspondendo a pouco mais de 50% do eleitorado, as mulheres têm uma baixa taxa de participação, mesmo na década de 90, não chegando a 10% dos eleitos para a Câmara dos Deputados, e sendo aproximadamente 12,3% dos senadores eleitos que exercem mandato atualmente (eleitas entre 1998 e 2002).

Os dados digitalizados disponíveis na base do TSE compreendem as eleições de 1994, 1998 e 2002, o que dá uma visão da dinâmica eleitoral durante a década de 90 e o começo da década atual. Para tanto, foram utilizados dados do TSE sobre os candidatos em cada eleição em que são fornecidas informações por UF e situação (eleito/não eleito) dos candidatos, além do gênero (as tabelas com os resultados por UF foram colocadas como anexos, pelo espaço que ocupam).

No período analisado, nota-se algum avanço, sendo observada uma tendência de aumento, embora tímido, da participação das mulheres. A Figura 21 mostra essa tendência para o cargo de deputado federal: o número de candidatas aumenta em duas vezes e meia durante o período compreendido entre 1994-2002, saindo de 185 para 480. Com relação à representação no

¹³ O Brasil foi o segundo país da América Latina a conceder direitos políticos às mulheres, em 1932, ficando atrás apenas do Chile, que realizou esse feito em 1931.

Figura 21 - Número de mulheres candidatas a Deputado Federal por situação / 1994-2002



Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

cargo de deputada federal, observa-se um saldo positivo de 32 para 42 cadeiras no parlamento, isso significando um aumento de 31%, mas com uma pequena diminuição da representação feminina durante o período 1994-1998, em que as mulheres perdem 3 cadeiras, passando de 32 para 29 deputadas.

Também em termos relativos, a participação feminina na arena eleitoral tem crescido, com um aumento da quantidade de mulheres no total de

candidatos à eleição. No ano de 1994, as mulheres representavam apenas 6,2% dos candidatos e 6,2% do número de deputados eleitos, aumentando esse número para 11,4 e 8,2% respectivamente no ano de 2002, como mostra a Tabela 11. A partir de 1998, o aumento relativo de mulheres eleitas não acompanha o de candidatas. Observa-se apenas 5,7% de mulheres eleitas, contra 10,4% do total de candidatas, contra 94,3% e 89,6% dos homens.

Tabela 11 - Percentual de homens e mulheres na eleição de Deputado Federal - 1994 a 2002.

	1994		1998		2002	
	F	M	F	M	F	M
Eleito	6,2	93,8	5,7	94,3	8,2	91,8
Não eleito	6,1	93,8	11,2	88,8	11,9	88,1
Total	6,2	93,8	10,4	89,6	11,4	88,5

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.



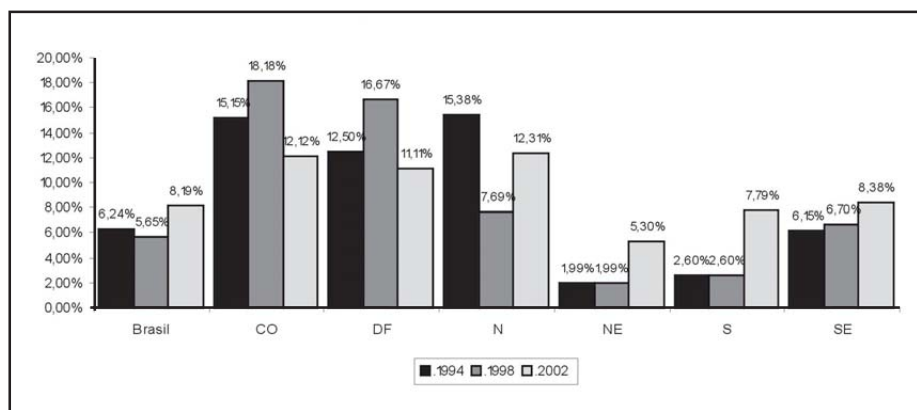


Já com relação ao perfil regional da participação, nota-se um aumento nas regiões com um peso eleitoral maior, e uma queda ou estabilização nas regiões com menor densidade eleitoral, o que faz com que, no cômputo geral, as mulheres ganhem espaço durante o período. O maior avanço observado no período se localiza na região Sul, elevando-se de 2,6% para aproximadamente 7,8% dos deputados da região, seguidos pela região Sudeste, em que há um salto de aproximadamente 6,2% para 8,4% e pela região Nordeste, de 2% para 5,3%. Entre as regiões em que as mulheres perderam cadeiras, destacam-se as regiões Norte e Centro Oeste, onde as mulheres saem de uma representação de aproximadamente 15% para 12%, seguidos pelo Distrito Federal de 12% para 11%. Isto demonstra que embora as mulheres tenham tido um aumento pequeno, de aproximadamente 2%, dois movimentos podem ser vistos. Em primeiro lugar, as representantes vêm de colégios eleitorais maiores, com maior competição política e, em segundo lugar, há uma tendência de equalização dos percentuais entre as regiões.

Na eleição de 1994, oito Estados não elegeram deputadas federais, dos quais cinco eram da região Nordeste, dois da Região Sul e um da Região Norte, número que cai para 5 em 2002, sendo quatro da Região Nordeste e um da região Norte. Apenas dois Estados não elegeram uma única mulher para Deputado Federal durante as três eleições analisadas, e ambos se localizam na região Nordeste: Pernambuco e Ceará. Porém, de uma maneira geral, o percentual de mulheres entre os deputados federais eleitos para essas regiões tem subido, enquanto há uma queda no percentual das regiões com menor peso eleitoral, o que resulta em um saldo positivo da ordem de 2% no cômputo geral.

Com relação ao cargo de Senador, a situação das mulheres apresenta um padrão semelhante, tendo sido eleitas, para a atual legislatura (1998 e 2002), dez senadoras entre os 81 componentes da casa, representando um total de 12,3% dos senadores eleitos. Contudo, o processo de eleição para o Senado é diferenciado, com uma renovação da casa variando de 1 a 2 senadores

Figura 22 - Percentual de Mulheres Eleitas para Deputado Federal/1994-2002



Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

por Estado, alternadamente e representação fixa de 3 senadores por unidade da federação, não obedecendo a critérios de representação da população, como é o caso das eleições para Deputado Federal e mandato de oito anos. Uma outra diferença é o regime de suplência: para o cargo de Deputado Federal, isso é feito através da substituição pelo deputado da mesma coligação com o maior número de votos na suplência; no Senado, o suplente é designado já na inscrição da chapa. Durante as eleições da década de 90, as mulheres eleitas para o Senado representaram aproximadamente 7,4% do total de eleitos para o período 1994-1998. Essa representação passa a ser de 12,3% no período 1998-2002. Isto se deve à eleição de 2002, em que o percentual de mulheres eleitas dobra para o cargo de Senadora, quando comparado às duas eleições anteriores, com um aumento, na representação, de 7,4% para 14,8%. Um outro indicador importante é o aumento de mulheres candidatas, tendo mais que dobrado em comparação às eleições de 1994 e 2002, quando se observa o preenchimento do mesmo número de

vagas. A Tabela 12 mostra os valores absolutos para o período - as mulheres dobram a taxa de eleição entre 1998 e 2002, em termos relativos.

Uma outra forma de se medir o aumento da participação é pela quantidade de mulheres candidatas ao cargo de senador, uma vez que a indicação para o Senado, arena extremamente competitiva, expressa, com maior realismo, a capacidade política de angariar votos, ao contrário da eleição para deputado, em que a possibilidade de indicação de até 1,5 candidatos para cada cadeira para partidos isolados e 2, no caso de coligações, faz com que ocorra a inclusão de candidatos para formar “cauda”¹⁴, o que não acontece na eleição de Senador, considerada majoritária. A Figura 23 mostra a evolução do número de candidatas a Senador, cenário no qual o aumento é maior que o dobro, entre os anos de 1994 e 2002. Em 1998, embora o número de senadores a ser eleito seja metade do ano de 1994, os dados mostram a presença de 23 mulheres, praticamente uma candidata para cada unidade da federação.

Tabela 12 - Número de mulheres e homens candidatos ao Senado Federal por situação/1994-2002

	1994		1998*		S/D**	2002	
	F	M	F	M		F	M
Eleito	4	50	2	25	-	8	46
Não eleito	13	165	21	116	1	30	222
Total	17	215	23	141	1	38	268

* Eleição para a renovação de 1/3

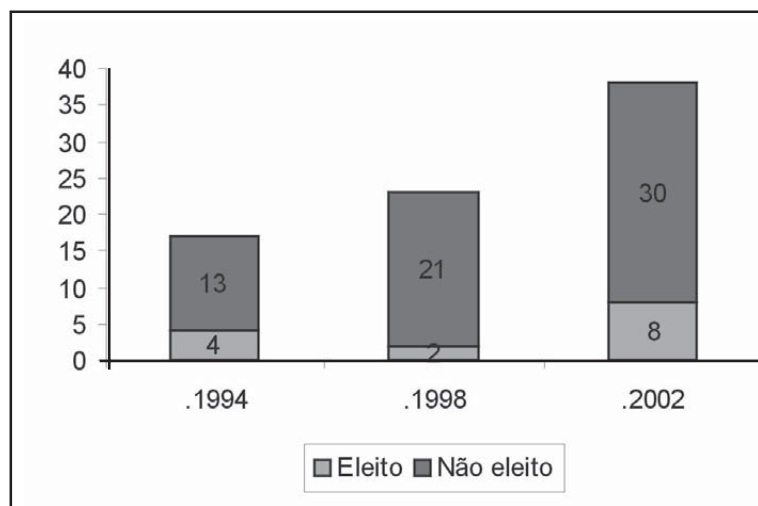
** Sem declaração. Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

¹⁴ O termo “cauda” é utilizado para designar candidatos proporcionais sem chance de eleição, mas que podem ser úteis na formação de quociente eleitoral.





Figura 23 - Número de Mulheres Candidatas ao Senado por Situação / 1994-2002



Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Analisando os dados por um corte regional, podemos ver que, em termos absolutos, a região que mais elegeu e/ou reelegeu mulheres durante o período analisado foi a região Norte, com cinco senadoras eleitas e/ou reeleitas, contra quatro da região Nordeste, duas das regiões Centro Oeste e Sul, uma da Região Sudeste e nenhuma do Distrito Federal.

Já em termos relativos, a região Norte continua em primeiro lugar, com 14,3%, ou cinco das trinta e cinco cadeiras a serem preenchidas, seguida das regiões Sul e Centro Oeste, com 13,3%, ou duas cadeiras em quinze, da Região Nordeste, com 8,9%, ou quatro cadeiras em quarenta e cinco, da região Sudeste, com apenas uma cadeira em vinte, e do Distrito Federal sem representação feminina.

Por um outro lado, em 1994, apenas três regiões (Norte, Sul e Sudeste) tinham representantes no Senado Federal e, em 1998, apenas uma região

elegeu senadoras. Já, em 2002, quatro das cinco regiões geográficas elegeram representantes do sexo feminino, excetuando-se apenas a região Sudeste e o Distrito Federal. Isso mostra uma melhor distribuição geográfica com relação ao gênero, além do aumento da quantidade de senadoras.

Na distribuição entre as unidades da federação, em 1994, apenas catorze Estados apresentaram candidatas ao Senado, com destaque para a região Sudeste, com candidatas em todos os Estados, enquanto a região Nordeste só apresentou candidatas em três dos nove Estados. Em 1998, 17 Estados tinham pelo menos uma candidata, com o Norte apresentando candidatas em seis dos sete Estados e o Nordeste apresentando candidatas em seis dos nove Estados. Para a eleição de 2002, 21 das 27 unidades da federação apresentaram candidatas, à exceção do Distrito Federal, Espírito Santo, Piauí, Alagoas, Amapá e Mato Grosso do Sul.

Tabela 13 - Número de mulheres e homens candidatos ao Senado Federal por situação e região/1994-2002

Ano		1994				1998				2002			
REGIÃO		S/D	M	H	Total	S/D	F	M	Total	S/D	F	M	Total
Brasil	Eleito	0	4	50	54	0	2	25	27	0	8	46	54
	Não eleito	0	13	165	178	0	21	116	137	1	30	222	253
	Total	0	17	215	232	0	23	141	164	1	38	268	307
CO	Eleito	0	0	6	6	0	0	3	3	0	2	4	6
	Não eleito	0	1	13	14	0	1	11	12	0	2	17	19
	Total	0	1	19	20	0	1	14	15	0	4	21	25
DF	Eleito	0	0	2	2	0	0	1	1	0	0	2	2
	Não eleito	0	1	7	8	0	1	4	5	0	0	12	12
	Total	0	1	9	10	0	1	5	6	0	0	14	14
N	Eleito	0	2	12	14	0	0	7	7	0	3	11	14
	Não eleito	0	1	44	45	0	6	20	26	1	7	43	51
	Total	0	3	56	59	0	6	27	33	1	10	54	65
NE	Eleito	0	0	18	18	0	2	7	9	0	2	16	18
	Não eleito	0	4	46	50	0	5	35	40	0	8	65	73
	Total	0	4	64	68	0	7	42	49	0	10	81	91
S	Eleito	0	1	5	6	0	0	3	3	0	1	5	6
	Não eleito	0	1	21	22	0	2	16	18	0	7	32	39
	Total	0	2	26	28	0	2	19	21	0	8	37	45
SE	Eleito	0	1	7	8	0	0	4	4	0	0	8	8
	Não eleito	0	5	34	39	0	6	30	36	0	6	53	59
	Total	0	6	41	47	0	6	34	40	0	6	61	67

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Com relação aos dados analisados anteriormente, podemos afirmar que há uma alta sub-representação de gênero na composição da Câmara dos Deputados, especialmente nas Regiões Sudeste e Nordeste, que representam aproximadamente 64% das cadeiras, mas existe uma tendência de aumento consistente nessas regiões, além de uma maior representação feminina em todas as unidades da federação. Quanto ao Senado, a mesma tendência se observa, com um aumento não só na quantidade de senadoras eleitas, como também na apresentação de candidatas nos Estados, o que mostra uma con-

quista do espaço político, se não da representação, das mulheres.

Finalizando, podemos dizer que há uma mudança no espaço concedido às mulheres, em parte por causa da legislação eleitoral. Esse espaço, porém, ainda não é totalmente convertido em participação política, embora haja avanços nesse sentido. De uma outra maneira, o acesso das mulheres à competição política vem aumentando, embora ainda não esteja sendo convertido plenamente em representação nas duas casas do parlamento nacional.



Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Verônica; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Diferenciais de salários por gênero no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 33, n. 2, abril-junho 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; RAMOS, L.A.; SANTOS, E. Gender differences in Brazilian labor markets. *Anais do XX Encontro Nacional de Economia*, Campos do Jordão, dez. 1992.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; CORSUEIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues dos; FIRPO, Sérgio Pinheiro. Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e conseqüências sobre o bem-estar. Texto para Discussão N. 796, IPEA, 2001.

CAVALERI, Claudia Helena; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e por cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de Economia Política*, v.18, n.1 (69), janeiro-março, 1998.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Texto para Discussão N. 807, IPEA, 2001.

KASSOUF, Ana Lúcia. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens, controlando para o *background* familiar. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, novembro 2002.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 34, n. 1, janeiro-março 2003.

SHANKAR, Shar. Bridging the economic divide within countries: a scored on the performance of regional income disparities. *World Development*, vol.31, Iss. 8, august, p.1421, 2003.



Anexos

**Tabela 14 - Razão entre homens e mulheres alfabetizados de 15 a 24 anos
Brasil e Grandes Unidades da Federação -1991-2000**

Brasil, Regiões e Unidades Federativas	1991				2000			
	Branca	Negra	Outros	Total	Branca	Negra	Outros	Total
Brasil	1,05	1,08	1,01	1,06	1,07	0,98	1,00	1,03
Norte	1,21	1,06	0,99	1,09	1,17	0,10	0,98	1,02
Rondônia	1,07	0,97	1,06	1,01	1,08	0,92	1,11	0,99
Acre	1,23	1,06	1,17	1,10	1,24	0,98	0,93	1,05
Amazonas	1,22	1,03	0,90	1,05	1,18	0,98	0,89	1,02
Roraima	1,32	1,02	1,02	1,07	1,22	0,95	1,08	1,02
Pará	1,29	1,08	1,12	1,12	1,19	0,97	1,04	1,02
Amapá	1,23	1,01	0,93	1,05	1,29	0,99	0,95	1,06
Tocantins	1,18	1,12	0,73	1,13	1,13	0,95	0,95	1,00
Nordeste	1,26	1,20	1,18	1,22	1,19	1,02	1,07	1,08
Maranhão	1,39	1,21	1,27	1,25	1,20	1,01	1,09	1,06
Piauí	1,36	1,31	1,29	1,32	1,25	1,07	1,15	1,12
Ceará	1,29	1,22	1,30	1,24	1,20	1,04	1,03	1,10
Rio Grande do Norte	1,26	1,23	1,11	1,24	1,17	1,02	1,12	1,08
Paraíba	1,32	1,30	1,07	1,31	1,21	1,06	1,03	1,12
Pernambuco	1,20	1,18	1,33	1,19	1,19	1,02	1,12	1,08
Alagoas	1,29	1,28	1,01	1,28	1,24	1,06	1,15	1,12
Sergipe	1,20	1,20	1,08	1,20	1,19	1,04	1,18	1,09
Bahia	1,19	1,16	1,13	1,16	1,16	1,00	1,02	1,04
Sudeste	1,01	1,00	1,00	1,01	1,05	0,95	0,96	1,01
Minas Gerais	1,03	1,03	1,08	1,03	1,06	0,93	1,03	1,00
Espírito Santo	1,04	1,01	1,00	1,02	1,05	0,97	1,02	1,01
Rio de Janeiro	1,03	1,01	1,09	1,02	1,07	0,98	1,04	1,03
São Paulo	1,00	0,97	0,97	0,99	1,05	0,94	0,92	1,01
Sul	1,00	0,98	0,98	0,99	1,01	0,89	1,00	0,99
Paraná	1,00	0,98	0,99	1,00	1,02	0,88	1,00	0,99
Santa Catarina	0,99	0,93	0,93	0,99	1,00	0,86	1,09	0,98
Rio Grande do Sul	1,00	0,99	0,97	1,00	1,00	0,92	0,92	0,98
Centro Oeste	1,05	1,02	0,97	1,03	1,09	0,96	1,00	1,02
Mato Grosso do Sul	1,02	0,98	0,93	1,00	1,07	0,90	0,97	0,99
Mato Grosso	1,04	1,02	1,00	1,02	1,05	0,93	0,91	0,98
Goiás	1,06	1,02	1,02	1,04	1,09	0,96	1,03	1,02
Distrito Federal	1,06	1,04	1,07	1,05	1,17	1,05	1,16	1,11

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 15 - Número Médio de Anos de Estudos - 2002

	Total	Homem	Mulher	Branco	Negro
Brasil	5,15	4,97	5,33	5,90	5,15
Norte	4,72	4,47	4,96	5,33	4,72
Rondônia	4,89	4,80	4,99	5,46	4,89
Acre	4,72	4,55	4,88	5,53	4,72
Amazonas	5,03	4,81	5,24	5,61	5,03
Roraima	4,50	4,42	4,58	5,14	4,50
Pará	4,65	4,35	4,83	5,19	4,65
Amapá	5,00	4,86	5,13	5,26	5,00
Tocantins	4,21	3,89	4,54	5,11	4,21
Nordeste	3,90	3,57	4,22	4,58	3,90
Maranhão	3,53	3,15	3,90	3,93	3,53
Piauí	3,54	3,17	3,91	4,12	3,54
Ceará	4,02	3,68	4,33	4,59	4,02
Rio Grande do Norte	4,38	3,99	4,76	5,02	4,38
Paraíba	3,74	3,31	4,17	4,69	3,74
Pernambuco	4,21	3,88	4,52	4,89	4,21
Alagoas	3,28	2,93	3,60	4,25	3,28
Sergipe	4,18	3,93	4,41	4,76	4,18
Bahia	3,93	3,66	4,20	4,50	3,93
Sudeste	5,84	5,75	5,93	6,37	5,84
Minas Gerais	5,08	4,93	5,23	5,71	5,08
Espírito Santo	5,28	5,14	5,42	6,06	5,28
Rio de Janeiro	6,22	6,14	6,30	6,85	6,22
São Paulo	6,11	6,06	6,16	6,45	6,11
Sul	5,61	5,52	5,70	5,84	5,61
Paraná	5,52	5,45	5,59	5,83	5,52
Santa Catarina	5,63	5,61	5,66	5,78	5,63
Rio Grande do Sul	5,68	5,54	5,82	5,88	5,68
Centro-Oeste	5,30	5,08	5,52	5,98	5,30
Mato Grosso do Sul	5,28	5,06	5,51	5,82	5,28
Mato Grosso	4,97	4,79	5,15	5,70	4,97
Goiás	4,96	4,71	5,21	5,62	4,96
Distrito Federal	6,56	6,40	6,70	7,34	6,56

Fonte: IBGE - PNAD 2002.

**Tabela 16 - Razão entre homens e mulheres com o ensino elementar completo
- Brasil e Grandes Unidades da Federação -1991/2000**

Brasil, Regiões e Unidades Federativas	1991				2000			
	Branca	Negra	Outros	Total	Branca	Negra	Outros	Total
Norte								
Rondônia	0,96	0,83	1,00	0,91	0,91	0,82	0,87	0,86
Acre	1,16	0,91	0,81	0,98	1,04	0,87	1,04	0,92
Amazonas	1,16	0,92	0,80	0,96	2,12	1,76	1,60	1,82
Roraima	0,87	0,62	0,88	0,71	0,83	0,79	0,87	0,81
Pará	1,08	0,89	1,03	0,95	1,00	0,84	0,85	0,87
Amapá	1,10	0,87	0,91	0,95	1,03	0,80	0,82	0,85
Tocantins	1,59	1,43	1,32	1,54	0,90	0,80	0,98	0,83
Nordeste								
Maranhão	1,15	0,97	0,93	1,05	1,03	0,88	0,93	0,91
Piauí	1,19	1,02	1,10	1,11	1,03	0,92	1,01	0,96
Ceará	1,27	1,11	1,23	1,18	1,12	0,96	0,96	1,01
Rio Grande do Norte	1,18	1,05	1,40	1,12	1,07	0,92	0,96	0,97
Paraíba	1,27	1,13	0,91	1,21	1,10	0,97	1,05	1,02
Pernambuco	1,16	1,01	1,11	1,08	1,10	0,93	0,96	0,99
Alagoas	1,20	0,99	0,90	1,08	1,12	0,94	1,01	0,99
Sergipe	1,16	1,01	0,75	1,08	1,09	0,92	1,04	0,96
Bahia	1,10	0,98	1,00	1,10	1,00	0,89	0,94	0,91
Sudeste								
Minas Gerais	1,01	0,91	0,98	1,03	1,02	0,90	1,01	0,96
Espírito Santo	1,00	0,89	0,92	0,99	1,03	0,89	1,03	0,96
Rio de Janeiro	1,13	1,00	1,00	1,19	1,16	1,00	1,12	1,07
São Paulo	1,05	0,87	1,07	1,03	1,10	0,90	1,09	1,04
Sul								
Paraná	1,01	0,84	0,98	0,99	1,03	0,85	1,01	0,98
Santa Catarina	1,02	0,84	0,97	1,02	1,04	0,85	1,10	1,02
Rio Grande do Sul	1,01	0,91	0,93	1,04	1,04	0,90	1,02	1,02
Centro Oeste								
Mato Grosso do Sul	0,99	0,86	0,84	0,94	0,99	0,84	0,93	0,92
Mato Grosso	0,93	0,82	0,90	0,89	0,90	0,80	0,94	0,84
Goiás	0,99	0,86	1,00	0,94	0,96	0,84	0,95	0,90
Distrito Federal	1,15	0,98	1,00	1,08	1,09	0,96	1,31	1,02

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000.

**Tabela 17 - Razão entre homens e mulheres com o ensino médio completo -
Brasil e Grandes Unidades da Federação - 1991-2000**

Brasil, Regiões e Unidades Federativas	1991				2000			
	Branca	Negra	Outros	Total	Branca	Negra	Outros	Total
Norte								
Rondônia	1,05	0,94	1,18	1,01	1,05	0,98	1,10	1,01
Acre	1,31	1,08	1,73	1,16	1,19	1,02	0,93	1,06
Amazonas	1,25	1,05	0,92	1,10	1,13	0,98	0,89	1,01
Roraima	1,26	0,87	0,86	0,97	1,21	0,99	1,01	1,04
Pará	1,34	1,13	1,04	1,21	1,26	1,12	1,19	1,16
Amapá	1,30	1,03	0,65	1,12	1,25	1,06	1,05	1,11
Tocantins	1,29	1,21	0,65	1,26	1,17	1,11	1,13	1,13
Nordeste								
Maranhão	1,45	1,29	1,43	1,39	1,36	1,21	1,24	1,25
Piauí	1,56	1,47	1,42	1,54	1,41	1,31	1,46	1,34
Ceará	1,57	1,33	1,21	1,43	1,33	1,19	1,22	1,24
Rio Grande do Norte	1,51	1,30	1,23	1,41	1,34	1,20	1,34	1,26
Paraíba	1,52	1,36	1,44	1,45	1,39	1,26	1,24	1,32
Pernambuco	1,35	1,19	1,02	1,28	1,30	1,16	1,28	1,22
Alagoas	1,38	1,20	1,35	1,29	1,20	1,09	1,14	1,13
Sergipe	1,34	1,19	1,08	1,27	1,29	1,18	1,19	1,22
Bahia	1,33	1,22	1,33	1,35	0,83	0,68	0,71	0,72
Sudeste								
Minas Gerais	1,14	1,05	1,10	1,15	1,09	1,00	1,11	1,05
Espírito Santo	1,11	1,00	1,17	1,10	1,08	1,01	1,04	1,04
Rio de Janeiro	1,17	1,02	0,98	1,19	1,15	1,04	1,09	1,10
São Paulo	1,05	0,96	0,94	1,06	1,05	0,97	0,95	1,03
Sul								
Paraná	1,03	0,88	0,93	1,01	1,02	0,91	0,94	1,00
Santa Catarina	0,99	0,86	0,83	0,99	0,98	0,86	1,06	0,97
Rio Grande do Sul	0,05	0,96	0,93	1,08	1,03	0,96	0,91	1,02
Centro Oeste								
Mato Grosso do Sul	1,07	0,89	0,89	1,03	1,07	0,96	0,90	1,02
Mato Grosso	1,04	0,71	0,71	1,09	1,02	0,99	0,95	1,00
Goiás	1,19	1,17	1,17	1,12	1,13	1,05	1,20	1,09
Distrito Federal	1,23	0,90	0,90	1,19	1,23	1,10	1,21	1,16

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 18 – Atraso Escolar – Distorção Idade-Conclusão (%) - 2002

	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Homens	Mulheres	Razão H/M	Homens	Mulheres	Razão H/M
Brasil	41,20	37,30	1,10	47,10	45,50	1,04
Norte						
Rondônia	44,10	38,50	1,15	44,80	43,20	1,04
Acre	49,50	45,30	1,09	52,30	48,70	1,07
Amazonas	71,40	68,20	1,05	72,30	72,20	1,00
Roraima	37,10	29,50	1,26	57,80	53,20	1,09
Pará	54,30	50,30	1,08	68,50	66,80	1,03
Amapá	43,20	39,20	1,10	60,30	62,10	0,97
Tocantins	53,90	47,00	1,15	69,10	65,20	1,06
Nordeste						
Maranhão	65,00	59,30	1,10	77,90	76,50	1,02
Piauí	61,10	58,10	1,05	67,90	69,50	0,98
Ceará	64,00	59,70	1,07	53,00	51,90	1,02
Rio Grande do Norte	51,00	45,10	1,13	62,50	58,60	1,07
Paraíba	61,90	57,80	1,07	60,10	61,90	0,97
Pernambuco	56,50	50,90	1,11	64,10	61,10	1,05
Alagoas	67,40	65,10	1,04	64,60	65,20	0,99
Sergipe	61,80	58,50	1,06	62,40	63,70	0,98
Bahia	70,80	66,80	1,06	71,70	69,40	1,03
Sudeste						
Minas Gerais	40,20	32,90	1,22	43,40	38,40	1,13
Espírito Santo	31,50	26,90	1,17	37,80	35,40	1,07
Rio de Janeiro	35,70	31,20	1,14	53,10	50,20	1,06
São Paulo	23,00	17,40	1,32	32,10	27,90	1,15
Sul						
Paraná	20,20	14,00	1,44	29,70	24,30	1,22
Santa Catarina	23,30	17,60	1,32	26,20	23,10	1,13
Rio Grande do Sul	30,00	24,60	1,22	30,20	31,60	0,96
Centro-Oeste						
Mato Grosso do Sul	40,60	37,70	1,08	37,00	38,40	0,96
Mato Grosso	45,20	40,50	1,12	40,80	37,40	1,09
Goiás	48,70	44,10	1,10	53,60	54,90	0,98
Distrito Federal	28,60	26,50	1,08	42,50	44,30	0,96

Fonte: Ministério da Educação - INEP.

Tabela 19 - Razão entre homens e mulheres com o ensino superior completo - Unidades da Federação - 1991-2000

Brasil, Regiões e Unidades Federativas	1991				2000			
	Branca	Negra	Outros	Total	Branca	Negra	Outros	Total
Norte								
Rondônia	1,04	1,02	1,19	1,06	1,31	1,15	1,31	1,24
Acre	0,98	1,11	0,00	1,06	1,35	1,23	1,04	1,27
Amazonas	0,94	0,77	0,90	0,85	1,25	1,11	0,93	1,15
Roraima	0,99	1,01	1,47	1,03	1,32	1,21	0,95	1,25
Pará	1,02	1,02	0,77	1,04	4,09	7,10	4,31	5,72
Amapá	0,82	0,93	0,00	0,89	1,03	1,10	0,90	1,07
Tocantins	1,08	1,38	0,48	1,24	1,33	1,31	0,90	1,31
Nordeste								
Maranhão	0,94	1,09	1,24	1,04	1,21	1,26	1,05	1,23
Piauí	0,90	0,91	0,88	0,91	1,26	1,27	1,41	1,27
Ceará	1,14	1,11	0,61	1,13	1,41	1,29	1,32	1,35
Rio Grande do Norte	1,20	1,07	1,54	1,16	1,29	1,12	1,97	1,23
Paraíba	1,38	1,20	0,67	1,31	1,41	1,34	1,18	1,38
Pernambuco	1,34	1,37	0,68	1,36	1,31	1,30	1,37	1,31
Alagoas	1,28	1,31	0,61	1,31	1,45	1,32	1,17	1,38
Sergipe	1,27	1,19	0,35	1,25	1,30	1,25	0,90	1,27
Bahia	1,05	1,11	0,83	1,12	1,17	1,17	1,02	1,17
Sudeste								
Minas Gerais	0,33	0,10	0,32	0,24	1,23	1,23	1,15	1,23
Espírito Santo	1,09	0,93	0,70	1,06	1,16	1,08	1,10	1,14
Rio de Janeiro	0,96	0,96	0,79	0,99	1,10	1,13	0,95	1,10
São Paulo	0,96	0,97	0,84	0,97	1,08	1,09	0,97	1,08
Sul								
Paraná	1,07	1,05	1,04	1,08	1,17	1,00	1,10	1,16
Santa Catarina	0,92	0,71	0,45	0,92	1,09	0,90	1,12	1,08
Rio Grande do Sul	1,16	1,18	0,75	1,18	1,24	1,31	1,00	1,24
Centro Oeste								
Mato Grosso do Sul	1,17	1,19	0,96	1,17	4,13	6,77	2,73	4,72
Mato Grosso	1,05	1,14	0,71	1,09	1,31	1,40	1,02	1,33
Goiás	1,13	1,09	1,02	1,13	1,26	1,33	1,15	1,28
Distrito Federal	1,08	1,02	0,99	1,08	1,13	1,06	1,08	1,11

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

**Tabela 20 - Proporção de mulheres assalariadas no setor não agrícola / Brasil -
Grandes Unidades da Federação – 1991-2000**

Brasil, Regiões e Unidades Federativas	1991				2000			
	Branca	Negra	Outros	Total	Branca	Negra	Outros	Total
Brasil	41,04	39,19	41,38	40,22	45,68	42,86	45,50	44,46
Norte	43,21	30,01	39,87	40,11	45,68	41,65	42,92	42,90
Rondônia	42,39	38,53	46,20	40,09	46,56	42,09	40,96	43,97
Acre	49,30	44,68	38,33	45,97	50,30	44,88	43,49	46,54
Amazonas	43,86	40,42	42,65	41,25	45,89	41,65	40,35	42,88
Roraima	49,46	40,61	40,56	42,95	48,84	43,44	51,12	45,23
Pará	41,20	36,53	34,67	37,62	43,96	40,29	43,16	41,35
Amapá	44,24	39,53	25,30	40,62	47,37	42,30	39,84	43,69
Tocantins	47,83	46,82	31,48	47,04	46,92	45,10	50,17	45,73
Nordeste	47,74	41,89	42,09	43,61	49,00	44,17	47,55	45,87
Maranhão	47,77	45,10	44,93	45,74	49,10	46,21	48,44	47,08
Piauí	51,62	46,69	50,83	47,90	50,47	45,76	52,77	47,17
Ceará	49,43	42,53	37,86	44,66	49,97	44,57	49,82	46,68
Rio Grande do Norte	48,44	41,43	46,38	44,09	48,16	42,93	49,74	45,28
Paraíba	50,43	43,82	48,81	46,39	49,71	44,25	47,18	49,69
Pernambuco	44,73	38,18	35,87	40,48	47,99	41,69	46,58	44,54
Alagoas	48,72	41,21	43,23	43,62	49,35	43,52	47,39	45,72
Sergipe	46,34	42,07	28,47	43,22	48,07	44,35	45,12	45,58
Bahia	47,29	41,80	43,61	42,98	48,91	44,41	46,42	45,58
Sudeste	39,54	37,38	40,58	38,75	44,85	42,20	45,25	43,88
Minas Gerais	43,34	39,79	41,66	41,59	47,15	43,54	47,38	45,49
Espírito Santo	43,20	38,20	38,85	40,45	47,14	43,25	45,18	45,10
Rio de Janeiro	39,47	37,18	39,38	38,41	44,50	42,42	44,21	43,54
São Paulo	38,45	35,90	40,69	37,78	44,42	41,10	45,06	43,28
Sul	41,29	37,80	43,21	40,71	45,77	43,24	44,75	45,32
Paraná	40,80	36,24	45,01	39,76	49,71	44,25	47,18	46,69
Santa Catarina	39,14	33,63	33,47	38,59	44,12	37,87	46,63	43,53
Rio Grande do Sul	42,71	41,27	42,02	42,50	46,26	44,46	42,49	46,00
Centro Oeste	43,31	40,46	49,95	41,2 9	46,12	42,58	46,35	44,36
Mato Grosso do Sul	41,97	38,06	46,66	40,20	46,31	41,43	46,27	44,19
Mato Grosso	39,49	36,61	39,37	37,76	43,78	40,56	40,36	41,98
Goiás	44,04	40,49	42,17	42,14	45,87	42,47	47,40	44,19
Distrito Federal	45,68	45,95	77,83	43,41	48,26	45,45	50,58	46,89

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 21 - Número de candidatos a Deputado Federal - 1994

				SEXO		Total
REGIÃO GEOGRÁFICA				F	M	
CO	GO	Situação	Eleito	2	15	17
			Não eleito	5	75	80
		Total	7	90	97	
	MS	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	1	31	32
		Total	3	37	40	
	MT	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	1	23	24
		Total	2	30	32	
DF	DF	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	5	61	66
		Total	6	68	74	
N	AC	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	3	28	31
		Total	5	34	39	
	AM	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	6	30	36
		Total	7	37	44	
	AP	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	3	33	36
		Total	5	39	44	
	PA	Situação	Eleito	3	14	17
			Não eleito	7	71	79
		Total	10	85	96	
	RO	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	6	54	60
		Total	7	61	68	
	RR	Situação	Eleito		8	8
			Não eleito	7	33	40
		Total	7	41	48	
	TO	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	1	23	24
		Total	2	30	32	
NE	AL	Situação	Eleito	1	8	9
			Não eleito		31	31
		Total	1	39	40	
	BA	Situação	Eleito	1	38	39
			Não eleito	9	144	153
		Total	10	182	192	

	CE	Situação	Eleito	22	22
			Não eleito	4	60
		Total		4	82
	MA	Situação	Eleito	1	17
		Total		4	93
	PB	Situação	Eleito	12	12
			Não eleito	1	37
		Total		1	49
	PE	Situação	Eleito	25	25
			Não eleito	6	85
		Total		6	110
	PI	Situação	Eleito	10	10
			Não eleito	1	30
		Total		1	40
	RN	Situação	Eleito	8	8
			Não eleito	2	29
		Total		2	37
	SE	Situação	Eleito	8	8
			Não eleito	1	24
		Total		1	32
S	PR	Situação	Eleito	30	30
			Não eleito	7	119
		Total		7	149
	RS	Situação	Eleito	2	29
			Não eleito	10	153
		Total		12	182
	SC	Situação	Eleito	16	16
			Não eleito	4	44
		Total		4	60
SE	ES	Situação	Eleito	1	9
			Não eleito	4	60
		Total		5	69
	MG	Situação	Eleito	2	51
			Não eleito	13	262
		Total		15	313
	RJ	Situação	Eleito	5	41
			Não eleito	20	293
		Total		25	334
	SP	Situação	Eleito	3	67
			Não eleito	23	432
		Total		26	499
					525

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Figura 22 - Número de candidatos a Deputado Federal - 1998

				SEXO		Total
REGIÃO GEOGRÁFICA				F	M	
CO	GO	Situação	Eleito	3	14	17
			Não eleito	8	64	72
		Total	11	78	89	
	MS	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	6	39	45
		Total	7	46	53	
	MT	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	5	35	40
		Total	7	41	48	
DF	DF	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	12	62	74
		Total	13	69	82	
N	AC	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	8	35	43
		Total	9	42	51	
	AM	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	4	36	40
		Total	5	43	48	
	AP	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	5	50	55
		Total	6	57	63	
	PA	Situação	Eleito	1	16	17
			Não eleito	6	79	85
		Total	7	95	102	
	RO	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	5	46	51
		Total	6	53	59	
	RR	Situação	Eleito		8	8
			Não eleito	3	27	30
		Total	3	35	38	
	TO	Situação	Eleito		8	8
			Não eleito	13	23	36
		Total	13	31	44	
NE	AL	Situação	Eleito	1	8	9
			Não eleito	5	38	43
		Total	6	46	52	
	BA	Situação	Eleito		39	39
			Não eleito	5	74	79
		Total	5	113	118	

	CE	Situação	Eleito	22	22
			Não eleito	10	67
		Total	10	89	99
	MA	Situação	Eleito	1	17
			Não eleito	5	56
		Total	6	73	79
	PB	Situação	Eleito	12	12
			Não eleito	6	37
		Total	6	49	55
	PE	Situação	Eleito	25	25
			Não eleito	12	73
		Total	12	98	110
	PI	Situação	Eleito	10	10
			Não eleito	10	42
		Total	10	52	62
	RN	Situação	Eleito	1	7
			Não eleito	4	35
		Total	5	42	47
	SE	Situação	Eleito	8	8
			Não eleito	2	40
		Total	2	48	50
S	PR	Situação	Eleito	30	30
			Não eleito	10	155
		Total	10	185	195
	RS	Situação	Eleito	1	30
			Não eleito	14	149
		Total	15	179	194
	SC	Situação	Eleito	1	15
			Não eleito	15	73
		Total	16	88	104
SE	ES	Situação	Eleito	1	9
			Não eleito	9	53
		Total	10	62	72
	MG	Situação	Eleito	3	50
			Não eleito	26	273
		Total	29	323	352
	RJ	Situação	Eleito	4	42
			Não eleito	47	341
		Total	51	383	434
	SP	Situação	Eleito	4	66
			Não eleito	64	523
		Total	68	589	657

Figura 23 - Número de candidatos a Deputado Federal - 2002

				SEXO		Total
REGIÃO GEOGRÁFICA				F	M	
CO	GO	Situação	Eleito	2	15	17
			Não eleito	15	97	113
		Total		17	112	130
	MS	Situação	Eleito		8	8
			Não eleito	19	60	79
		Total		19	68	87
	MT	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	10	45	55
		Total		12	51	63
DF	DF	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	9	88	97
		Total		10	95	105
N	AC	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	9	51	60
		Total		10	58	68
	AM	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	4	57	61
		Total		5	64	69
	AP	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	8	46	54
		Total		9	53	62
	PA	Situação	Eleito	1	16	17
			Não eleito	15	84	100
		Total		16	100	117
	RO	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	13	83	96
		Total		14	90	104
	RR	Situação	Eleito	2	6	8
			Não eleito	9	54	63
		Total		11	60	71
	TO	Situação	Eleito	1	7	8
			Não eleito	10	42	52
		Total		11	49	60
NE	AL	Situação	Eleito		9	9
			Não eleito	12	54	66
		Total		12	63	75
	BA	Situação	Eleito	2	37	39
			Não eleito	2	92	94
		Total		4	129	133

	CE	Situação	Eleito	22	22
			Não eleito	15	85
		Total		15	107
	MA	Situação	Eleito	2	16
			Não eleito	13	102
		Total		15	118
	PB	Situação	Eleito	1	11
			Não eleito	6	69
		Total		7	80
	PE	Situação	Eleito	25	25
			Não eleito	14	148
		Total		14	173
	PI	Situação	Eleito	1	9
			Não eleito	8	62
		Total		9	71
	RN	Situação	Eleito	2	6
			Não eleito	10	56
		Total		12	62
	SE	Situação	Eleito	8	8
			Não eleito	11	53
		Total		11	61
S	PR	Situação	Eleito	1	29
			Não eleito	14	163
		Total		15	192
	RS	Situação	Eleito	4	27
			Não eleito	17	150
		Total		21	177
	SC	Situação	Eleito	1	15
			Não eleito	11	93
		Total		12	108
SE	ES	Situação	Eleito	2	8
			Não eleito	11	78
		Total		13	86
	MG	Situação	Eleito	1	52
			Não eleito	40	322
		Total		41	374
	RJ	Situação	Eleito	6	40
			Não eleito	70	444
		Total		76	484
	SP	Situação	Eleito	6	64
			Não eleito	63	572
		Total		69	636

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Figura 24 - Número de candidatos a Senador - 1994

REGIÃO	ESTADO	SITUAÇÃO	SEXO		Total
			F	M	
CO	GO	Eleito		2	2
		Não eleito		6	6
		Total		8	8
	MS	Eleito		2	2
		Não eleito	1	4	5
		Total	1	6	7
	MT	Eleito		2	2
		Não eleito		3	3
		Total		5	5
DF	DF	Eleito		2	2
		Não eleito	1	7	8
		Total	1	9	10
N	AC	Eleito	1	1	2
		Não eleito		5	5
		Total	1	6	7
	AM	Eleito		2	2
		Não eleito		6	6
		Total		8	8
	AP	Eleito		2	2
		Não eleito	1	6	7
		Total	1	8	9
	PA	Eleito		2	2
		Não eleito		7	7
		Total		9	9
	RO	Eleito		2	2
		Não eleito		9	9
		Total		11	11
	RR	Eleito	1	1	2
		Não eleito		5	5
		Total	1	6	7
	TO	Eleito		2	2
		Não eleito		6	6
		Total		8	8
NE	AL	Eleito		2	2
		Não eleito	1	4	5
		Total	1	6	7
	BA	Eleito		2	2
		Não eleito		5	5
		Total		7	7

	CE	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	2	5	7
		Total		2	7	9
	MA	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		5	5
		Total			7	7
	PB	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	5	6
		Total		1	7	8
	PE	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		9	9
		Total			11	11
	PI	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		4	4
		Total			6	6
	RN	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		6	6
		Total			8	8
	SE	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		3	3
		Total			5	5
S	PR	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		7	7
		Total			9	9
	RS	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito		9	9
		Total		1	10	11
	SC	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	5	6
		Total		1	7	8
SE	ES	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	6	7
		Total		1	8	9
	MG	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	9	10
		Total		1	11	12
	RJ	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito	1	10	11
		Total		2	11	13
	SP	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	2	9	11
		Total		2	11	13

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Figura 25 - Número de candidatos a Senador - 1998

REGIÃO	ESTADO	SITUAÇÃO	SEXO		Total
			F	M	
CO	GO	Eleito		1	1
		Não eleito	1	4	5
		Total	1	5	6
	MS	Eleito		1	1
		Não eleito		4	4
		Total		5	5
MT	Eleito		1	1	
	Não eleito		3	3	
	Total		4	4	
DF	DF	Eleito		1	1
		Não eleito	1	4	5
		Total	1	5	6
N	AC	Eleito		1	1
		Não eleito	1	1	2
		Total	1	2	3
	AM	Eleito		1	1
		Não eleito	1	2	3
		Total	1	3	4
	AP	Eleito		1	1
		Não eleito	1	3	4
		Total	1	4	5
	PA	Eleito		1	1
		Não eleito	1	3	4
		Total	1	4	5
RO	Eleito		1	1	
	Não eleito	1	5	6	
	Total	1	6	7	
RR	Eleito		1	1	
	Não eleito	1	3	4	
	Total	1	4	5	
TO	Eleito		1	1	
	Não eleito		3	3	
	Total		4	4	
NE	AL	Eleito	1		1
		Não eleito		5	5
		Total	1	5	6
	BA	Eleito		1	1
		Não eleito		3	3
Total		4	4		

	CE	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	3	3
			Total	4	4
	MA	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	4	4
			Total	5	5
	PB	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	1	4
			Total	1	5
	PE	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	1	4
			Total	1	5
	PI	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	2	6
			Total	2	7
	RN	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	1	2
			Total	1	3
	SE	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	4	4
			Total	1	4
S	PR	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	1	3
			Total	1	4
	RS	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	1	7
			Total	1	8
	SC	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	6	6
			Total	7	7
SE	ES	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	4	4
			Total	5	5
	MG	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	2	6
			Total	2	7
	RJ	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	4	9
			Total	4	10
	SP	SITUAÇÃO	Eleito	1	1
			Não eleito	11	11
			Total	12	12

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Figura 26 - Número de candidatas a Senador - 2002

REGIÃO	ESTADO	SITUAÇÃO		SEXO		Total
				F	M	
CO	GO	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito	1	7	8
		Total	2	8	10	
	MS	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		5	5
		Total		7	7	
	MT	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito	1	5	6
		Total	2	6	8	
DF	DF	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		12	12
		Total		14	14	
N	AC	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito		4	4
		Total	1	5	6	
	AM	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	4	5
		Total	1	6	7	
	AP	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		4	4
		Total		6	6	
	PA	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito	3	7	11
		Total	4	8	13	
	RO	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2
			Não eleito	1	13	14
		Total	2	14	16	
	RR	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	8	9
		Total	1	10	11	
	TO	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	3	4
		Total	1	5	6	
NE	AL	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		6	6
		Total		8	8	
	BA	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	1	7	8
		Total	1	9	10	

CE	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2	
		Não eleito		6	6	
		Total	1	7	8	
MA	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2	
		Não eleito	1	6	7	
		Total	2	7	9	
PB	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	6	8	
		Total	2	8	10	
PE	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	8	10	
		Total	2	10	12	
PI	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito		9	9	
		Total		11	11	
RN	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	1	7	8	
		Total	1	9	10	
SE	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	1	10	11	
		Total	1	12	13	
S	PR	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito	3	12	15
			Total	3	14	17
RS	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	13	15	
		Total	2	15	17	
SC	SITUAÇÃO	Eleito	1	1	2	
		Não eleito	2	7	9	
		Total	3	8	11	
SE	ES	SITUAÇÃO	Eleito		2	2
			Não eleito		6	6
			Total		8	8
MG	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	10	12	
		Total	2	12	14	
RJ	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	16	18	
		Total	2	18	20	
SP	SITUAÇÃO	Eleito		2	2	
		Não eleito	2	21	23	
		Total	2	23	25	

Fonte: TSE - Elaboração NEPPU.

Este livro, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composto em caracteres Book Antiqua, corpo 11 e impresso pela Gráfica Label, em papel couché liso 90g no miolo e supremo 250g na capa. Janeiro de 2005.

OBJETIVO 1 Erradicar a extrema pobreza e a fome

OBJETIVO 2 Atingir o ensino básico universal



OBJETIVO 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

OBJETIVO 4 Reduzir a mortalidade infantil

OBJETIVO 5 Melhorar a saúde materna

OBJETIVO 6 Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças

OBJETIVO 7 Garantir a Sustentabilidade Ambiental



PNUD Brasil

SCN quadra 2 • bloco A • Ed. Corporate Financial Center
7º andar • CEP 70712-901 • Brasília • DF

www.pnud.org.br



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL DA PUC MINAS

Rua Espírito Santo, 1.059 - 12º andar • Centro
30160-922 • Belo Horizonte • MG

Telefone: (0xx31) 3273-7898 • Fax: (0xx31) 3274-2805

www.idhs.pucminas.br